



Bárbara Argeriche da Silva

**AS CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS
ATIVIDADES PLURIATIVAS DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE
PRODUÇÃO FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2016

Bárbara Argeriche da Silva

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
TUPANCIRETÃ-RS**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em
Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz
Alta, como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

Cruz Alta – RS, junho 2016.
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
TUPANCIRETÃ-RS**

Elaborado por

Bárbara Argeriche da Silva

Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera _____ UNICRUZ
Profa. Dra. Tamara Menuzzi Diverio _____ UNICRUZ
Prof. Pós Dra. Cidônea Deponti _____ UNICRUZ

Cruz Alta – RS, 15 de Agosto de 2016.

AGRADECIMENTOS

“...Tudo posso naquele que me fortalece” (Filipenses 4.13).

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar na realização deste sonho.

Aos meus avós maternos Bento (em memória) e Joecy, meus verdadeiros alicerces, que sempre me ensinaram a, na vida, dar um passo de cada vez.

Aos meus pais Valdir e Roselaine, pelo amor e companheirismo, sempre incentivadores na busca dos sonhos.

A minha irmã Michaela, grande responsável por me fazer acreditar que tudo é possível, que o esforço e a dedicação são responsáveis pelos melhores frutos que podemos colher, a realização dos sonhos.

Ao meu primo Francisco, amigo fiel e companheiro de viagens, iniciamos juntos a jornada de estudos, comprometidos em viajar juntos.

A minha instrutora de Reike, Cynthia Erthal fundamental no processo de superação.

A minha orientadora, Dra. Claudia Mera, que na verdade foi minha inspiração para ingressar no mestrado. Conheci seu fascinante trabalho durante a graduação, ficando realmente encantada pela forma como domina o conhecimento, como ensina e, sobretudo, seu comprometimento e profissionalismo. Agradeço imensamente sua compreensão, dedicação, incentivo e orientação na realização desta pesquisa.

À Universidade de Cruz Alta, que juntamente com a excelente equipe de colaboradores tornou possível realizar este sonho, pois o mestrado profissional oportuniza a quem trabalha em jornada integral o ingresso no curso.

Aos colegas de curso e trabalho, em especial Rafael Antonini, meu namorado e companheiro que o Senhor do Destino possibilitou o encontro neste curso.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TUPANCIRETÃ-RS

Autor: Bárbara Argeriche da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

A importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural vem demonstrando capacidade de modificações e adaptações ao mercado, neste processo de transformação tornou-se necessário a diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, fenômenos que devem ser entendidos como a pluriatividade e podem contribuir para o fortalecimento e permanência no meio rural. Este trabalho tem como objetivo analisar as atividades pluriativas desenvolvidas nas unidades de produção familiares no município de Tupanciretã-RS, a fim de identificar suas características e importância socioeconômica para as famílias dos agricultores. Mais especificadamente, identificar e caracterizar as atividades pluriativas realizadas pelos produtores familiares no Município; identificar a contribuição das atividades pluriativas na renda do produtor familiar; identificar a influência da pluriatividade na qualidade de vida e permanência da família no meio rural. E, com base nos resultados obtidos, contribuir com o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento para o meio rural no Município através da pluriatividade na agricultura familiar. Foram utilizados dados de fontes bibliográficas, secundárias e primárias, através da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas a 50 agricultores familiares do município de Tupanciretã e entrevistas preestabelecidas com os principais membros das instituições da agricultura familiar no município. Portanto, pode-se dizer que as informações da pesquisa são relevantes e caracterizam a existência da pluriatividade na agricultura familiar do Município. Apesar da renda não ser significativa, contribui para a qualidade de vida e permanência no meio rural, no entanto não aponta uma estratégia que tenha de fato conseguido fomentar o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Pluriatividade. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

PLURIACTIVITY IN AGRICULTURE FAMILY OF TUPANCIRETÃ -RS

Author: Bárbara Argeriche da Silva
Advisor: Maria Cláudia Prudêncio de Mera

The importance of family farming in rural development, has demonstrated ability to modifications and adaptations to the market. This process of transformation has become necessary the diversification of agricultural and non agricultural phenomena that must be understood as pluriactivity and may contribute to the strengthening and permanence in rural areas. This work aims to analyze the pluriactive activities developed in family production units in the city of Tupanciretã-RS, in order to identify its characteristics and socioeconomic importance to the farmer's families. More specifically identify and characterize the pluriactive activities carried out by family farmers in the city; identify the contribution of pluriactive activities in the income of family farmers; identify the influence of pluriactivity in the quality of life and family stay in the countryside. And based on the results obtained contribute to the debate on development opportunities for rural areas in the city through pluriactivity in family farming. Bibliographic, secondary and primary data sources were used through the use of questionnaires with open and closed questions in 50 family farmers in Tupanciretã city and pre-set interviews with key members of the family farming gears in the city, so it can be said that research information is relevant and indicate the existence of pluriactivity in family farming in the city, despite the income not be significantly, it contributes to the quality of life and permanence of rural areas, but do not point a strategy that has actually achieved to promote the strengthening of family agriculture and rural development.

Keywords: Pluriactivity, Family Agriculture, Rural Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	35
Tabela 02 - Grau de escolaridade/formação dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	36
Tabela 03 - Área total da propriedade dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	37
Tabela 04 – Renda mensal dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	38
Tabela 05-Condição como produtor rural dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	38
Tabela 06 - Culturas das lavouras dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	39
Tabela 07 - Produção animal dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	41
Tabela 08 - A tomada de decisão sobre a produção nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	41
Tabela 09 - Quantidade de membros da família que trabalham nas propriedades dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	42
Tabela 10 – Alternativas para a sucessão rural para membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	44

Tabela 11 – As possíveis razões para vender a propriedade dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	
Tabela 12- Orientação técnica nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	46
Tabela 13– Tomada de decisão sobre a produção nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	47
Tabela 14 – Lazer dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã- RS.....	48
Tabela 15 – Outras fontes de renda dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	49
Tabela 16 – Participação da renda agrícola nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	50
Tabela 17 - Atividades pluriativas exercidas nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	51
Tabela 18 – Motivos apontados para exercer as atividades pluriativas nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	52
Tabela 19 – Tempo utilizado para atividades não agrícolas nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.....	53
Tabela 20 – Membros da família que trabalham com atividades pluriativas nas propriedades residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS	54
Tabela 21 – Percentual de participação da renda agrícola e pecuária na renda total familiar, nas propriedades dos membros residentes na família pluriativa dos entrevistados no município	

de
RS.....Tupanciretã-
RS.....55

Tabela 22– Motivos para não exercer atividades não agrícolas nas propriedades dos membros
residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-
RS.....56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema de pesquisa	12
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 Agricultura familiar: algumas definições	16
2.2 A Importância da agricultura familiar no Brasil.....	19
2.3 Agricultura familiar no Rio Grande do Sul	22
2.4 A agricultura familiar na região de Tupanciretã.....	24
2.5 PLURIATIVIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR	26
2.6 Definições da pluriatividade.....	26
2.7 Origem da discussão sobre a pluriatividade na agricultura familiar no Brasil.....	27
2.8 Debate teórico sobre a pluriatividade para o fortalecimento da agricultura familiar	28
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	33
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1 Caracterização da agricultura familiar através dos participantes da pesquisa.....	35
4.2 Caracterização da sucessão na agricultura familiar dos produtores participantes da pesquisa	43
4.3 Atividades pluriativas realizadas pelos produtores familiares entrevistados	49
4.4 Contribuições das atividades pluriativas na renda do produtor familiar	55
4.5 A influência da pluriatividade na qualidade de vida e permanência da família no meio rural.....	57
4.6 As possibilidades de desenvolvimento para o meio rural no Município através da pluriatividade na agricultura familiar	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE	71

1 INTRODUÇÃO

As categorias relacionadas à agricultura familiar, tais como pequeno produtor, campesinato ou outra denominação, sempre fizeram parte da discussão sobre o desenvolvimento no meio rural no Brasil, seja pela sua importância econômica e social, pela preocupação com seu fortalecimento ou pelos entraves que esta categoria possa representar ao crescimento agrícola.

Se no período que dá o rumo da industrialização na economia do país, principalmente nos anos de 1950, o debate ocorria na busca do entendimento de quais seriam as contribuições e empecilhos que a agricultura poderia trazer para o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, agora não mais agroexportador, mas urbano-industrial, nos anos de 1970, apesar da industrialização ou por causa dela, falar em campesinato era trazer junto à discussão um conteúdo ideológico e político. Neste contexto, a discussão centrava-se em torno do conceito da pequena produção, tendo em vista as consequências da modernização agrícola. Assim, em 1980 o debate sobre a pequena produção a classificava em excluídos, integrados e de subsistência, segundo Porto e Siqueira (1994).

Pode-se dizer que é a partir de 1990 que a discussão sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do meio rural aumenta, resultando, entre outras políticas específicas para a agricultura familiar, na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. É neste contexto, também, que são retratados de forma mais sistêmica os dados sobre a realidade da agricultura familiar no Brasil. Segundo os dados do IBGE (2006), a categoria da agricultura familiar no Brasil representa 84,4% dos estabelecimentos rurais e ocupa 240 milhões de hectares da área produzida, responsável pela produção de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. Ainda de acordo com os dados do IBGE, no estado do Rio Grande do Sul 85,75% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares, o que representa 76,80% da mão de obra

ocupada em atividades rurais. No município de Tupanciretã, foco empírico deste estudo, a agricultura familiar representa 75,22% dos 1.336 estabelecimentos rurais, ocupando somente 10,30% da área produzida.

A agricultura familiar vem demonstrando capacidade de modificação e de adaptação ao mercado, e nesse processo de transformação tornou-se necessária a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas praticadas pelos agricultores familiares e a sua permanência no meio rural. Segundo Schneider (2009), à medida que se amplia o reconhecimento da importância da agricultura familiar também se amplia a atenção sobre a pluriatividade.

É sobre o tema da pluriatividade que este estudo foi desenvolvido, tendo como foco empírico a agricultura familiar no município de Tupanciretã-RS. O estudo encontra-se organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo é abordada a problemática do estudo e seus objetivos. No segundo capítulo será discutido o referencial bibliográfico que dará embasamento teórico para o estudo. No terceiro capítulo, os aspectos metodológicos que orientaram o caminho da pesquisa, e no quarto capítulo serão apresentados os resultados e análise da pesquisa. Por último, as considerações finais sobre o estudo.

1.1 Problema de pesquisa

Conforme descrito anteriormente, é a partir dos anos de 1990 que a discussão sobre a agricultura familiar e a ruralidade se fortalece. Uma dessas discussões é sobre as atividades pluriativas agrícolas, principalmente a familiar. No entanto, essa discussão não é recente, Chayanov (1974) percebe a pluriatividade como uma estratégia econômica e social dos agricultores familiares frente ao mercado, principalmente quando a propriedade familiar não consegue absorver toda mão de obra da família, aumentando principalmente no período em que os filhos estão em plena aptidão para o trabalho, e menor nas fases em que os filhos são pequenos ou quando na unidade só permanece o casal idoso.

Para Wanderley (2004), na agricultura familiar brasileira a pluriatividade sempre esteve presente, já que os agricultores além de cultivarem a terra e criar os animais buscam outras atividades para empregar a mão de obra ociosa da família e gerar renda, contribuindo para sua reprodução e permanência no meio rural. Embora a combinação de atividades produtivas seja uma característica histórica e recorrente no meio rural, para Schneider (2003) a pluriatividade distingue-se de outras formas de trabalho não agrícola complementares por

ter deixado de ser um recurso ocasional e temporário, tornando-se uma estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho.

De acordo com Sacco dos Anjos (2003), a pluriatividade é um processo de diversificação produtiva de outras atividades não agrícolas, como a prestação de serviços a outros agricultores, na industrialização em nível de propriedade, no artesanato, no turismo rural e que conjuntamente impliquem no aproveitamento das potencialidades e mão de obra existente na propriedade. Já a pluriatividade que ocorre no meio rural, segundo Kageyama (2008), é um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura, e que pode representar uma alavanca importante ao processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e de renda que se assentam tanto nas capacidades dos indivíduos como nas condições existentes nos contextos locais.

A pluriatividade pode interagir de forma cooperativa e representar soluções mais eficientes, pois ao escolher a melhor atividade complementar o agricultor familiar pode agir de forma conjunta, como associados, frente às estratégias de geração de emprego e de renda locais. A propósito, as atividades pluriativas são periódicas e não sazonais e o risco de desprendimento do agricultor familiar da sua atividade principal agrícola é inexistente, afirma Ricardo (2011), proporcionando a reversão do agravamento da pobreza no campo.

Porém, cabe destacar, segundo Cruz (2012), que a conciliação de atividades agrícolas e não agrícolas toma a forma aparente da insuficiência do trabalho agrícola. Entretanto, é produto da própria exploração capitalista. O recurso a múltiplas atividades não constitui uma exclusividade do meio rural. Ao contrário, soma-se ao conjunto de estratégias de trabalho e de reprodução, também no meio urbano em função do desemprego. Porém, a sua especificidade reside na possibilidade de manter a propriedade da terra como uma segurança contra o pauperismo absoluto e o desemprego, e na conjugação da atividade agropecuária com demais atividades produtivas. Nesse sentido, tal fenômeno não deve ser compreendido como a solução econômica e social para a agricultura familiar, mas como uma estratégia individual de reprodução num contexto de inúmeras limitações para o desenvolvimento do setor produtivo agropecuário cuja base seja o trabalho direto baseado na mão de obra familiar.

De acordo com Schneider (2003), reconhece-se o papel da pluriatividade como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar em regiões do Sul do Brasil, sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as características de cada região, e resulta da interação entre as decisões

individuais e familiares com o contexto social e econômico em que os agricultores estão inseridos.

No município de Tupanciretã, localizado na região Central do Estado do Rio Grande do Sul, a agricultura sempre fez parte da sua formação, onde a produção agrícola intensiva é predominante, e para sua viabilidade econômica torna-se cada vez mais necessária e presente a modernização técnico-produtiva, assim como a demanda por serviços terceirizados. Pode-se explicar a evolução desse município através de duas trajetórias: uma economia alicerçada na exploração da pecuária bovina e uma agricultura de subsistência, que após, num segundo momento, transformou-se em exportadora de grãos, ensejada pela expansão das culturas de trigo, milho e soja.

Nas últimas décadas, de acordo com Moreira e Medeiros (2009, p. 03), o município de Tupanciretã apresentou transformações significativas no espaço rural, em parte pela produção de grãos, em parte pelo desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente nos assentamentos rurais. Conforme os autores:

Isso ocorreu devido à subutilização das terras da pecuária, exploradas de forma extensiva característica do latifúndio pastoril, – em parte ocupadas pela produção agrícola empresarial. A ocupação de terras com reduzida ou nenhuma produção, possibilitou a expansão e desenvolvimento da agricultura familiar no Município e sua consequente diversificação agrícola, graças aos dezessete (17) assentamentos rurais e suas 706 famílias. Hoje em dia, devido a massivos investimentos de capital no agronegócio, o Município passou a ser o maior produtor de soja do Rio Grande do Sul e, de outro lado tem um grande número de agricultores familiares responsáveis pela diversificação, pelo qual plantam milho, feijão, mandioca, arroz e dentre outros produtos agrícolas, e que também vem ao longo dos anos intensificando a atividade leiteira, piscicultura, suinocultura e outros produtos que são tanto para subsistência familiar bem como para comercialização. (MOREIRA E MEDEIROS, 2009, P. 03).

Outro fator importante, além do seu dinamismo agrícola e pecuário, é a pluriatividade existente na agricultura familiar no município. Segundo dados do IBGE (2006), cerca de 70% das pessoas que vivem no meio rural declaram ter atividades econômicas fora do estabelecimento familiar, 36,69% empregam seu trabalho em atividades ligadas ao agronegócio, como cooperativas, prestação de serviços, empresas de assistência técnica, comercialização de grãos, e 63,31% em outros segmentos não agrícolas.

Diante da discussão a respeito do desenvolvimento da agricultura familiar, este estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: Quais as características e a importância socioeconômica das atividades pluriativas desenvolvidas nas unidades de produção familiares

no município de Tupanciretã-RS? E com base nos resultados obtidos, contribuir com o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento para o meio rural no Município através da pluriatividade na agricultura familiar.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as atividades pluriativas desenvolvidas na agricultura familiar no município de Tupanciretã-RS, a fim de identificar suas características e importância socioeconômica para as famílias dos agricultores.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar e caracterizar as atividades pluriativas realizadas pelos produtores familiares no Município;
- Identificar a contribuição das atividades pluriativas na renda do produtor familiar;
- Identificar a importância da pluriatividade na qualidade de vida e permanência da família no meio rural;

2 REVISÃO DE LITERATURA

O debate sobre o fortalecimento da agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento no meio rural vem sendo realizado sob diferentes enfoques. Este capítulo visa abordar este tema a partir da pluriatividade. Inicia-se a discussão com as definições do termo agricultura familiar.

2.1 Agricultura familiar: algumas definições

As definições de agricultura familiar, na maioria das pesquisas, são fundamentadas na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Porém, o que as torna equivalente, conforme Tinoco (2008, p.01), “é que da mesma forma que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho e a gestão do estabelecimento”. Pode-se abordar o conceito de agricultura familiar sob dois aspectos, os políticos e os legais, tratados de forma operacional, e os acadêmicos, que serão abordados a seguir.

Diversos autores contribuem para a definição de agricultura familiar, de acordo com Chayanov (1974), que centraliza a discussão nas necessidades reprodutivas da família e no processo decisório da empresa camponesa, sendo que esta constitui uma unidade indissociável entre a esfera de produção e a esfera de consumo.

A agricultura familiar se inicia no campesinato, segundo Abramovay (1992, p. 106)

[...] referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social.

Argumentos reunidos por Lamarche (1998) e Wanderley (1999) explicam a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Para o caso brasileiro, Wanderley (1999, p.52) considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno e inserido ao mercado, “guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”

Na segunda abordagem, Carmo (1999) enfatiza que, contrariando o modelo de agricultura patronal, em que há separação entre gestão e trabalho, na agricultura familiar estes fatores estão diretamente relacionados. O autor refere-se à agricultura familiar como uma forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente à esfera da produção/rentabilidade econômica e do mercado, mas também às necessidades e os objetivos da família.

Quanto aos aspectos políticos, segundo Gonçalves e Souza (2005, p.2), na legislação brasileira a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais e como média propriedade, aqueles entre 4 (quatro) e 15 módulos fiscais.

Segundo Fernandes (2013, p. 9), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) define que “A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são agricultores que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado”. Sua importância está diretamente relacionada com a segurança alimentar do país, bem como para fixar o homem ao campo.

Pode-se dizer que a discussão em torno da busca por políticas específicas para a agricultura familiar surge através de movimentos e de reivindicações sociais. De acordo com Fernandes (2009), foi no ano de 1994 que surgiu uma das mais importantes manifestações sociais da história, o “Grito da Terra”, que reuniu os representantes da Central Única dos

Trabalhadores - CUT, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG.

Estes movimentos deram início às políticas para agricultura familiar, como o Programa de Valorização do Pequeno Agricultor - PROVAP (criado em 1994), que pode ser considerado o antecessor do PRONAF (criado em 1996). Para Fernandes (2009), os movimentos sociais ocorridos na metade da década de 90 (I, II e III Grito da Terra) abriram uma fenda nas políticas públicas de crédito rural oficial, reconhecendo a necessidade de créditos específicos para a Agricultura Familiar, primeiramente com a implantação do crédito custeio e em 1996 com a redução das taxas de juros.

De acordo com Cazella; Mattei e Schneider (2009, p. 23), a transição do PROVAP para o PRONAF ocorreu do seguinte modo:

Em 1995, o PROVAP foi totalmente reformulado na questão da concepção e na área de abrangência. Com essas alterações deu-se origem ao PRONAF, cuja institucionalização ocorreu no decreto presidencial de nº 1.946 de 28/07/96. Em 1996, os recursos destinados ao crédito foram implementados e em 1997 com a ampliação do programa (que passou a ser integrado a todo território nacional) foram implementados os recursos destinados a investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa.

Já no aspecto acadêmico, vários autores têm buscado delimitar o conceito de agricultura familiar. Altafin (2007, p.1) destaca duas abordagens: “uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas, e outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas ainda no campesinato, no qual a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado”.

Com objetivo de retratar a realidade agrícola brasileira, o Censo Agropecuário 2006, para a realização de suas pesquisas, considerou e adotou o seguinte conceito de agricultura familiar

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície

Total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

Apesar de toda a discussão que envolve a agricultura familiar e o desenvolvimento no meio rural, Schneider (2007, p.39) “defende que seria necessária uma agricultura capaz de: satisfazer a segurança alimentar dos povos; fazer uso racional sustentável dos recursos; garantir qualidade de vida; garantir reprodução social aos agricultores; contribuir para o desenvolvimento econômico”. Ainda de acordo com autor, o futuro da agricultura familiar é muito promissor, porém depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam, muitas delas pela desunião da classe.

2.2 A Importância da agricultura familiar no Brasil

Apesar dos estudos sobre agricultura familiar sob diferentes nomenclaturas não serem novos, pode-se dizer que é a partir da década de 1990 que este tema tem sido amplamente

discutido, tanto no âmbito político quanto acadêmico, o que tem demonstrado a sua importância econômica e social, principalmente no que tange ao uso da mão de obra e à produção de alimentos. Extremamente valorizada como segmento gerador de emprego e de renda, de acordo com Carneiro (2009), é capaz de estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, resultando na permanência de parte da população no meio rural. Conforme Schneider (2007), a importância social, política e institucional da agricultura familiar pode ser observada através da sua contribuição para a alimentação do país.

O Censo Agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2006 já traz na sua base de dados informações sobre a agricultura familiar no Brasil, utilizando a separação entre agricultura familiar e não familiar, com base na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Todas as informações divulgadas no Censo Agropecuário 2006 mostram a predominância da agricultura familiar no Brasil, identificando um total de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representavam 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros e que ocupavam uma área de 80,25 milhões e hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas agropecuários no país. São dados que retratam uma distribuição desigual das terras no Brasil, mas por outro lado mostram a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país.

[...] a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macacão e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. (IBGE, 2009, p. 20).

Pelos dados demonstrados no Censo, a agricultura familiar tem participação importante até na produção de *commodities*, como por exemplo, a soja, o trigo, o milho e o café. Observa-se que até mesmo na produção de soja, principal produto do agronegócio, a agricultura familiar tem papel relevante, mesmo sendo a de menor participação. Mas é na produção de alimentos como leite, feijão, arroz, mandioca, aves e suínos que a participação da agricultura familiar é mais expressiva.

Além da produção de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar, a importância da agricultura familiar reflete-se também nos aspectos sociais e econômicos, tanto na ocupação da mão de obra quanto na participação na Produção Interna Bruta do país,

segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2006, p. 01).

A agricultura familiar é a responsável pela produção de 70% dos alimentos, os principais alimentos consumidos pela população brasileira, ocupa 74% da mão de obra do campo e é responsável por 10% do Produto Interno Bruto do país. Portanto, a agricultura familiar, além de ser de grande importância para a segurança alimentar, também é de grande importância para a economia nacional.

Conforme os dados apresentados, a agricultura familiar é uma fonte geradora de recursos que, além de produzir os alimentos, é hoje uma categoria social importante. Nesse contexto, o Crédito Rural pode ser considerado um dos fatores que contribuíram para a inclusão social de muitos agricultores, principalmente a partir das políticas específicas criadas para a agricultura familiar na década de 1990. De acordo com Mattei (2005), o acesso ao crédito pelos agricultores familiares produz resultados positivos para o desenvolvimento das comunidades nas quais eles estão inseridos, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento regional. Ainda de acordo com o autor, um dos responsáveis por esse fortalecimento foi o PRONAF, concentrando linhas de atuação com financiamentos da produção, de infraestrutura e de serviços municipais, de capacitação e de profissionalização dos agricultores familiares, de financiamento da pesquisa e de extensão rural.

Porém, existem diversos autores que apontam críticas ao PRONAF, tanto pela sua má distribuição dos recursos entre as regiões como pela falta de inovação do programa. Conforme Coppetti (2008, p.42), “a crítica é em relação à falta ou à baixa qualidade de assistência técnica, pois o modelo foi abandonado, fazendo com que o agricultor não desenvolva seu projeto com sucesso”, pois sem assistência o produtor acaba limitado para ter rendimento e no próximo ano acaba dificultando, podendo apenas pagar o recurso e retirar o mesmo valor, sem ter desenvolvimento.

Apesar das críticas direcionadas ao PRONAF, pode-se dizer que ele conseguiu contribuir na alavancagem da agricultura familiar desde o período da sua criação e que está retratado no Censo Agropecuário 2006. No entanto, existem outros fatores que podem refletir na magnitude da agricultura familiar. Nesse sentido, Schneider (2003) afirma que a busca nos espaços políticos de sua legitimação através dos movimentos sociais e sindicais contribuiu para a proeminência da agricultura familiar. Ainda de acordo com o autor, pode-se dizer que o amplo debate sobre a agricultura familiar, junto à reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade, contribuiu para a discussão sobre os processos de desenvolvimento no meio rural.

2.3 Agricultura familiar no Rio Grande do Sul

No Estado do Rio Grande do Sul, a atividade agrícola é uma das principais ocupações geradoras de trabalho e de renda e responsável por grande parte da produção de grãos e pecuária nacional, apesar de ser a menor em extensão territorial. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do total de estabelecimentos familiares no Brasil, o Rio Grande do Sul ocupa a terceira posição (8,7%) nacional em número de estabelecimentos de agricultores familiares. O estado da Bahia liderava, com 15,2%, seguido por Minas Gerais, com 10,0%.

Como em outros estados da região Sul que possuem tradição na agricultura familiar, no Rio Grande do Sul 85,7% do total dos estabelecimentos rurais é de agricultores familiares, representando 9,4% da ocupação de mão de obra no Estado, que representam 49,6% da receita gerada na agropecuária gaúcha. (IBGE, 2006)

Ainda de acordo com os dados apresentados pelo IBGE em 2006, no que corresponde à agricultura familiar do Rio Grande do Sul foram apontados 378.546 estabelecimentos familiares, abrangendo 6,172 milhões de hectares. Quanto à utilização da terra, a superfície estadual da lavoura temporária foi de 38,7% e de lavoura permanente 73,2%. A presença na área estadual de pastagem natural foi de 20,6%, e de 27,7% e 22,2% em pastagens plantadas degradadas e em pastagens plantadas em boas condições, respectivamente.

Em relação à apuração dos estabelecimentos incluídos nas culturas indicadas, segundo o IBGE (2006) os dados mostram que no Rio Grande do Sul, nas culturas de feijão, de mandioca e o milho, em 90% dos estabelecimentos são produzidos por agricultores familiares. Chama a atenção também que nas culturas onde predominantemente existe uma característica histórica de produção pela agricultura empresarial ou não familiar, devido principalmente à necessidade da economia de escala, também existe uma elevada participação da agricultura familiar nos estabelecimentos do Estado, como é o caso, por exemplo, da produção de soja (84,7%), trigo (72,8%) e arroz (60%). Referente à atuação na quantidade produzida, coube à agricultura familiar 10,7% da produção estadual de arroz, 84,2% da produção de feijão, 66,5% da produção de milho, 35,7% da produção de soja e 23,1% da produção de trigo.

No que tange à produção pecuária, a mesma pesquisa estatística realizada pelo IBGE (2006) engloba a criação de bovinos, de aves, de suínos e a produção de leite. Nestas ocupações, na sua grande maioria, nota-se ampla existência de estabelecimentos familiares. A

exploração da pecuária de corte, atividade que historicamente é desenvolvida, em sua maioria, por grandes fazendeiros, atualmente 86,0% do número dos estabelecimentos abrangidos eram familiares, porém, com a minoritária participação de 36,3% no rebanho bovino gaúcho que, na ocasião, compunha-se de 11,2 milhões de cabeças. Além deste fato, a agricultura familiar vai mais à frente nas demais criações do que prevalecer em número de estabelecimentos. Na produção leiteira, quase 90% dos estabelecimentos produtores eram familiares, com participação de 84,7% nos 2,4 milhões de litros do leite de vaca produzidos no ano de 2006. Na criação de aves, 88,7% dos estabelecimentos produtores eram familiares, e estes detinham 80,2% do plantel do Estado, que estava na ordem de 141,5 milhões de cabeças. Quanto aos ovos de galinha, no entanto, a maior produção foi a dos agricultores não familiares (com 73,3% da produção). E, concluindo, na criação de suínos foi de 89,4% a presença da agricultura familiar no conjunto dos estabelecimentos voltados para essa atividade, possuidores de 70,3% do plantel estadual, constituído por 5,6 milhões de cabeças.

Estes dados apresentados sobre agricultura familiar no estado se harmonizam com os estudos desenvolvidos sobre o tema, ressaltando a importante função social e econômica da agricultura familiar como geradora de emprego e de renda, o que pode ser resultado do intenso processo de transformação estrutural agrário do Estado. De acordo com Schneider (2003, p. 145), esse processo pode ser dividido em três fases distintas. “O primeiro desses períodos promoveu a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando ocorreu a transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial na Centro-Sul), retirando-as de seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas”. O segundo período se refere à década de 1980, que apesar da modernização, ou por causa dela, se reflete num processo de esgotamento da política de crédito rural facilitado e de êxodo rural, entre outros conflitos agrários. Já o terceiro período, nos anos de 1990, é marcado por uma dinâmica que introduziu outros contornos econômicos e políticos, focados na agricultura familiar, modificando o ambiente social e produtivo, não apenas desafiando os estudiosos e suas ferramentas analíticas, mas, principalmente, materializando novos desafios e impasses para o desenvolvimento e fortalecimento da categoria de agricultor familiar e principalmente a sua contribuição para o desenvolvimento rural.

2.4 A agricultura familiar no município de Tupanciretã

A área de estudo desta pesquisa compreende o município de Tupanciretã, que foi emancipado em 21 de dezembro de 1928, desmembrando-se dos municípios de Cruz Alta e Júlio de Castilhos, pertencente à microrregião Centro Rio-Grandense Corede Central. É originário das reduções jesuíticas. Tupanciretã contabilizou, em 2010, 22.281 habitantes, o que resultou em uma densidade demográfica de 9.89 habitantes por km² (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (2006), 19,12% dos habitantes vivem no meio rural no Município, representando uma população de 4.261 pessoas, com 63,36% desse total enquadrados como agricultores familiares, sendo que cerca de 710 famílias estão envolvidas nos 17 projetos de assentamentos e reassentamentos de reforma agrária, segundo a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos- COPTEC (2010). Essas famílias ocupam apenas 6% da área de exploração agrícola do Município.

Após a emancipação, o município de Tupanciretã passou a ter perfil econômico com grandes “estâncias”, mas com o passar do tempo, com a atividade pecuária tendo problemas devido a fatores econômicos, baixa do preço dos bovinos, e também a substituição do produto “carne” por outros derivados, essas “estâncias” foram vendidas para agricultores que impuseram ao Município grandes áreas de terra com as plantações de soja, e as demais fazendas para agricultores sem-terra que desejavam terras improdutivas (IBGE, 2006).

Os assentamentos e os reassentamentos implicaram em significativas transformações no meio rural do Município. De acordo com Moreira e Medeiros (2009, p 01)

Isso ocorreu devido à subutilização das terras da pecuária, exploradas de forma extensiva característica do latifúndio pastoril, em parte ocupadas pela produção agrícola empresarial. A fragmentação parcial dos criatórios de gado forçou sua reestruturação produtiva. Em geral, houve três formas de ocupação dessas áreas, um através do arrendamento, o outro da compra e venda das propriedades, e no terceiro caso, pela desapropriação, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Governo Estadual – RS, das terras ociosas que não estavam exercendo sua função social.

Junto com os assentamentos e reassentamentos, o Município é considerado um dos maiores produtores de soja do Estado do Rio Grande do Sul, realizando anualmente a abertura oficial da colheita do produto no Estado. Além disso, conforme já colocado anteriormente,

63,36% são agricultores familiares. Este cenário é retratado por Moreira e Medeiros (2009, p. 03)

Devido a massivos investimentos de capital no agronegócio, o município passou a ser um dos maiores produtores de soja do estado com grandes e médias agropecuárias. De outro lado, temos um grande número de agricultores familiares responsáveis pela diversificação da produção, através do cultivo da soja, milho, feijão, mandioca, arroz e dentre outros produtos agrícolas. Estes últimos vêm, ao longo dos anos, intensificando a atividade leiteira, piscicultura, suinoculturas e outros produtos que são tanto para subsistência familiar bem como para comercialização.

A economia do município de Tupanciretã está alicerçada no setor primário, destacando-se a produção de soja, que define o perfil socioeconômico municipal. Com implantação dos projetos de assentamento no Município e organização da produção de forma cooperativa, a atividade leiteira vem se destacando nos últimos anos e assim impulsionando a renda das famílias, e neste caso o comércio local. Dos 1336 estabelecimentos agropecuários do Município, 701 produzem leite (no ano de 2006) e destes, 82,59% são agricultores familiares.

Com relação à produção de culturas temporárias, destaca-se a produção de milho em grão, produzida por 415 estabelecimentos rurais familiares, soja em grão (417), feijão preto (241), trigo em grão (11) e mandioca (237).

De acordo com os dados do IBGE (SIDRA, 2006) no que se refere a lavouras permanentes nos estabelecimentos agropecuários no Município, há apenas o registro da produção de abacate (1 estabelecimento), erva mate (1 estabelecimento), laranja (12 estabelecimentos), pêssego (3 estabelecimentos), pitanga (1 estabelecimento) e frutas cítricas (3 estabelecimentos).

No que se refere aos indicadores de desenvolvimento, o município de Tupanciretã apresenta uma renda per capita de R\$ 708,79, o que representa um crescimento de 88,13% nas últimas duas décadas, crescendo uma média anual de 3,38%, acima da média nacional, que é 2,24%. Em 2010, das pessoas ocupadas (com idade de 18 anos ou mais), 31,16% trabalhavam no setor agropecuário, 0,09% na indústria extrativista, 5,19% na indústria de transformação, 7,89% no setor de construção, 0,77% nos serviços de utilidade pública, 14,65 no comércio e 38,71 no setor de serviços. A expectativa de vida no município é de 74,7 anos. (PNUD, 2010).

2.5 PLURIATIVIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR

As modificações ocorridas no meio rural com o processo de modernização e diversificação da produção fizeram com que a agricultura deixe de ser associada somente à atividade agrícola, trazendo um novo contexto em que pelo menos um dos membros da família está ocupado em atividades não agrícolas, que agregue renda e melhor qualidade de vida. Assim, a pluriatividade deve ser entendida como fenômeno que combina diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, resultando no fortalecimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, estimulando o desenvolvimento rural.

2.6 Definições da pluriatividade

Na década de 1970, novas formas de inserção econômica da população rural começam a se generalizar, tornando-se cada vez mais constante o surgimento de um ou mais membros das famílias de agricultores que exercem outras atividades além da agrícola e da pecuária como fonte de renda. No transcorrer dos anos de 1980, diversos autores contribuíram para a definição do termo pluriatividade, Kageyama (1998) passou a incluir em suas discussões os trabalhos assalariados em outros estabelecimentos agrícolas, atividades para-agrícolas como alimentos e bebidas processados, atividades não agrícolas no estabelecimento como turismo e alojamento e atividades externas não agrícolas.

A pluriatividade busca evidenciar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Segundo Schneider (2003, p. 09), conforme as definições de Fuller e Brum (1990, p. 25), “preocupa-se com a reprodução social, a participação no mercado de trabalho rural, a terra e as questões agrícolas, resulta uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante”.

Deste modo, o conceito de pluriatividade pode ser estabelecido como:

(...) podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais especificamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos e

das famílias (SCHNEIDER, 2003 p. 91-92).

Assim, surgem diversos fatores que podem favorecer o desenvolvimento de atividades pluriativas, como a adesão de novas tecnologias, que geram espaço para novas formas de organização, por um lado diminuindo a necessidade de mão de obra e por outro lado influenciando a procura de atividades alternativas.

Corroborando, Schneider (2003) diz que a pluriatividade das famílias rurais não significa necessariamente o detrimento das atividades agrícolas, mas sim se refere a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, com resultados que proporcionam diferentes tipos de remuneração e de receitas para a renda familiar do pequeno agricultor. E, neste contexto, é figurada como uma diversificação, como uma multiplicação das estratégias de produção utilizadas pelos agricultores, para Alentejano (1999) compreende em recursos a atividades desenvolvidas pelos membros da família a partir do assalariamento urbano, seja na transformação industrial, ou com o uso da força de trabalho para outras propriedades rurais.

No Brasil, a emergência das atividades não agrícolas no meio rural desperta o interesse de diversos estudiosos, sendo tal fenômeno apontado por alguns como a provável face do “novo rural brasileiro”. Segundo Graziano da Silva (1999), a novidade consiste no fato de que o meio rural já não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O surgimento das famílias pluriativas, para Schneider (2003), agrega um conjunto de novas atividades no espaço rural, fazendo com que os seus membros possuam diversos tipos de inserção profissional.

2.7 Origem da discussão sobre a pluriatividade na agricultura familiar no Brasil

A partir dos anos de 1980, no Brasil, foram desenvolvidas pesquisas sobre as características e a importância socioeconômica das atividades pluriativas e das rendas não agrícolas na agricultura familiar.

Historicamente, conforme Carneiro (1992), há presença de formas diversificadas de trabalho associadas à agricultura familiar. Até os anos de 1950 a reprodução do trabalho era assegurada por uma sociedade camponesa. A partir desse período, o trabalho operário surgiu como uma alternativa à atividade agrícola, impondo outra forma de trabalho.

De modo progressivo, a atividade agrícola assumiu um caráter acessório para uma camada cada vez maior de pequenos proprietários, sendo fundamental priorizar a família

como unidade social e não apenas como unidade de produção. Uma nova lógica de reprodução social, ressalta Carneiro (1999), começou a aparecer nas unidades produtivas familiares, em que, para a manutenção da família, o trabalho fora da exploração se tornou o mais importante.

A partir de meados da década de 70, o processo de modificação das relações de trabalho e dos processos produtivos se acentuou. A resposta imediata, de acordo com Rubelo (2011), foi a redução da mão de obra familiar e um aumento intensivo da modernização tecnológica da agricultura, mediante a crescente incorporação dos insumos modernos.

O desenvolvimento agrário no Brasil, após a década de 1990, adquiriu “novos contornos sob os pontos de vista social e produtivo, no período de plena expansão da globalização da economia, incorporando o termo de novo rural brasileiro”, conforme Graziano (1999, p. 114), em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não agrícolas. Nesse período, surgiu uma nova realidade no espaço rural, em um processo que não foi simultâneo e homogêneo em todo o território brasileiro. A renda das famílias que habitam a área rural, desse período em diante, retratou não ser mais exclusivamente relacionada à atividade agrícola.

A pluriatividade proporciona que na natureza familiar da unidade agrícola parte dos membros se ocupe de atividades exclusivamente agrícolas e a outra parte de atividades não agrícolas, de forma que a unidade familiar, como um todo, seja caracterizada como pluriativa, segundo Alentejano (1999, p. 07), e a “sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de diversas atividades, de modo que se possa aproveitar melhor o tempo e a capacidade produtiva do trabalho disponível na unidade familiar”, bem como uma alternativa que pode ser principal ou complementar a renda.

2.8 Debate teórico sobre a pluriatividade para o fortalecimento da agricultura familiar

A evolução rápida da agricultura capitalista descreve o advento das indústrias nas cidades, que demandavam matéria-prima do campo, e por esta pagavam um bom preço. Com isso, os senhores feudais estavam estimulados a expulsar os camponeses de suas posses e usurpar as terras comunais, desrespeitando os direitos feudais. Uma agricultura socialista teria que eliminar a propriedade privada da terra, de acordo com Marx (1971), pois, caso contrário, fomentaria as relações capitalistas no campo.

Em sua análise, Kautsky (1972), seguidor das ideias de Marx, defendia que o pequeno agricultor não tinha condições de se reproduzir socialmente na agricultura capitalista, seria sufocado e exterminado pela soberania econômica e tecnológica dos grandes produtores.

Resumidamente, assim como Marx (1971), Kautsky não vislumbrava o fortalecimento para a agricultura camponesa e sim como sendo um fator limitante do desenvolvimento agrícola. Influenciado por Kautsky, mas diferentemente, Lênin (1975) não se acomodou com as linhas de pensamentos anteriores e buscou outras soluções para a questão camponesa, dentre elas destaca-se o cooperativismo como caminho para desenvolver a agricultura socialista. Acreditava ser esse um caminho possível de se constituir grandes unidades de explorações agrícolas, fortemente mecanizadas, tecnificadas e, conseqüentemente, de alta produtividade, que respeitaria a cultura camponesa, e que propiciaria aos camponeses uma vida digna de qualidade.

O campesinato não era visto como resquício social fadado ao desaparecimento, e sim como o embrião de uma sociedade desenvolvida, propondo:

[...] nós somente iremos compreender completamente a base e a natureza da agricultura camponesa, quando em nossas construções, nós deixarmos de considerá-la um objeto de observação e considerá-la um sujeito criando a sua própria existência, e tentarmos clarear para nós mesmos as características e causas internas nas quais ela forma seu plano da organização da produção e o põe em ação (CHAYANOV, 1986; p. 118).

Corroborando com a proposta chayanoviana, Wanderley (1998) explica que o eixo central era a constituição de corpos cooperativos, formados por cooperativas camponesas de diferentes níveis, isto é, cooperativas de cooperativas, organizadas de baixo para cima e apoiadas, mas não controladas, pelo poder central.

Nesse contexto, o que retrata o “Novo” Rural é a explosão da Pluriatividade, cada vez menos agrícola. As ocupações e rendas não agrícolas no meio rural cresceram em todo o mundo nas últimas décadas, conforme Kageyama (2012). De meados dos anos 1970 até os primeiros anos da década de 1980 houve um renascimento da pesquisa e do debate sobre a agricultura de tempo parcial, ao se constatar que não se tratava de um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

A pluriatividade, ou seja, trabalhos agrícolas e não agrícolas de forma conjunta, fortalecem a reprodução social e econômica da agricultura familiar, fomentando o desenvolvimento rural. Os agricultores familiares, segundo Schneider (2003), precisam se reinventar, moldando-se às “novas” formas de produção e de reprodução social.

Muito além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, a pluriatividade poderá colaborar de forma decisiva para auxiliar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros fatores, resultando no desenvolvimento rural. Ponderando as relações entre pluriatividade e desenvolvimento rural, para Schneider (2007) é uma das formas de incrementar a autonomia dos agricultores e o modo de ampliar a sustentabilidade dos modos de vida nos territórios rurais.

A criação do PRONAF foi fundamental, segundo Sacco Anjos (2009), como instrumento de crédito em pequenas explorações que tinham como base do trabalho a força familiar. Em 1996, o Programa se modificou e trouxe indiscutíveis impactos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, conforme Schneider (2006), tais como contribuir para melhorar as condições de produção e segurar os agricultores no campo, aumentar a oferta de alimentos, aumentar a produtividade de alguns produtores, que se refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais, entre outros efeitos benéficos que os estudos tem destacado. Todavia, considera-se necessário que o Programa dê um passo à frente em evolução política e ajuste o foco nas reais necessidades da agricultura familiar em suas várias dimensões, inclusive na criação de políticas de crédito mais voltadas ao desenvolvimento de atividades pluriativas.

Uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil está fundamentada na agricultura familiar, conforme Veiga (1996), na sua expansão e no fortalecimento dessa classe social. Para isso, as políticas públicas, bem como o apoio do Estado, são necessárias para combater as incertezas e instabilidades que existem no setor, garantindo assim preços reduzidos aos consumidores, qualidade de vida e bem-estar aos agricultores familiares.

Como alternativa para as instabilidades das atividades agrícolas, pode-se citar a pluriatividade na atividade agrícola, ou seja, conciliar atividades agrícolas e não agrícolas, proporcionando uma alternativa de renda para o agricultor, além de auxiliar no desenvolvimento rural e no fortalecimento da agricultura familiar. O crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, o que caracteriza a multifuncionalidade e a busca por novas alternativas, ou pluriatividade, vai ao encontro do melhoramento da renda familiar, para Kageyama (2008), e ampliam as condições de vida das famílias nas comunidades rurais. Essa evolução permite aos agricultores terem alternativas que viabilizem sua permanência no campo.

A pluriatividade pode ser retratada como uma contribuição relevante ao processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e da renda que se

assentam tanto nas capacidades dos indivíduos como nas condições existentes nos contextos locais. A interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridos.

Torna-se imprescindível para o perfeito funcionamento a compreensão deste fenômeno que ocorre no meio rural, que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades, de acordo com Schneider (2009), são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

A pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. De acordo com Schneider (2006, p. 04)

A pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. Entretanto, isto não significa que os agricultores familiares e suas propriedades deixarão as atividades agropecuárias para se dedicar exclusivamente às atividades não agrícolas, a pluriatividade deve ser vista como uma estratégia para a melhoria de renda e qualidade de vida para a família.

Acompanhando a sugestão de Ellis (2000), a pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reação, em face de uma situação de risco ou vulnerabilidade, ou uma estratégia de adaptação, que ocorre quando os indivíduos dotados de capacidade de escolha conseguem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e de possibilidades a serem exploradas.

A pluriatividade na agricultura familiar, de acordo com Carneiro (2002), retrata um novo patamar na percepção do fenômeno da pluriatividade e na trajetória dessa noção no

campo das ciências sociais. Demanda um interesse e resta um esforço de criatividade a ser feito ainda maior, sendo necessário que haja por parte dos órgãos responsáveis um estímulo para a implementação de atividades não agrícolas nas propriedades, inclusive financeiro, com criação de linhas de crédito mais específicas. A pluriatividade deve ser vista como um método para aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida e também permitir maior segurança às famílias, porque reduz a vulnerabilidade e os riscos que podem ocorrer nas atividades agrícolas (autonomia), fortalecendo a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

Nesse contexto, o desenvolvimento das atividades pluriativas poderá representar uma importante alavanca para o fortalecimento da agricultura familiar, propiciando uma melhor qualidade de vida, principalmente em períodos de crise econômica, potencializando o agricultor a se manter na atividade e no momento seguinte ganhar força. No próximo capítulo, será avaliada a existência ou não dessas atividades pluriativas, bem como sua importância para o desenvolvimento das propriedades de agricultura familiar no município de Tupanciretã.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como instrumentos de investigação desta pesquisa, tem-se uma breve revisão bibliográfica no que tange aos conceitos desta temática e da problemática da pesquisa. Também se explora a consulta a fontes secundárias e, principalmente, a investigação com preenchimento de questionários e de entrevistas preestabelecida para análise quantitativa e qualitativa. Esta pesquisa apropria-se da categoria de caráter descritivo e explicativo, Gil (2005 p. 16) afirma que as explicativas

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por que explica a razão, o porquê das coisas.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Tupanciretã, pertencente à Microrregião Centro Ocidental Rio-grandense. (Figura 01)

Figura 01 – Localização do município de Tupanciretã / RS / Brasil



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2010)

A ocupação de terras possibilitou a expansão e o desenvolvimento da agricultura familiar no Município. Assim, o *locus* empírico do estudo foram os sujeitos da agricultura familiar no município de Tupanciretã. A pesquisa foi realizada em três etapas:

Etapa I- Contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanciretã e a COPTEC com o objetivo de identificar as localidades com maior concentração de agricultores familiares pluriativos, bem como do número de domicílios rurais existentes em cada uma delas. Assim, as famílias foram selecionadas de forma dirigida, não aleatória. No início da pesquisa não foi definido, a priori, quantas famílias seriam entrevistadas.

Etapa II - Com base nas indicações da Etapa I, foram selecionadas as comunidades Coxilha Bonita e Batu (Assentados da Reforma Agraria), onde residem 35 e 65 famílias de produtores, respectivamente. Participaram do estudo 40 (quarenta) famílias nestas comunidades, respondendo ao formulário de pesquisa que continha perguntas abertas e fechadas. A aplicação dos questionários foi realizada pela pesquisadora e por membros representantes das comunidades que quiseram participar do estudo e por acessibilidade. As famílias que fizeram parte inicial da pesquisa seguiram indicando as demais, para dar andamento ao estudo. Assim, a amostra utilizada nesta pesquisa foi por acessibilidade, também chamada “bola de neve” que, segundo Vergara (2010), se configura como um tipo de pesquisa na qual a escolha dos sujeitos participantes se deve à indicação de outros.

Além das comunidades Coxilha Bonita e Batu, foram distribuídos 60 questionários, da seguinte forma: 20 no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanciretã, 20 (vinte) no Sindicato Rural, 20 em um escritório de assistência técnica onde os donos são filhos de produtores considerados agricultores familiares. Destes, retornaram 36 questionários, porém 26 questionários foram excluídos da pesquisa devido aos agricultores não estarem enquadrados como agricultores familiares. O período de realização das etapas I e II foi de setembro a novembro de 2015. Foram considerados neste estudo agricultores familiares, entre 0 e 100 hectares, que mesmo ultrapassando os critérios de 04 módulos fiscais estipulados pelo conceito de agricultura familiar, tiveram acesso às políticas públicas voltadas para esta categoria de agricultor. Os produtores que responderam ao questionário eram 60% do gênero feminino.

Etapa III- Para complementar e concluir a pesquisa foram realizadas 04 entrevistas com membros das principais instituições da agricultura familiar do Município, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Coordenador da Emater, Assistente Técnico da Emater e Coordenador da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda - COPTEC. de realização da etapa III foi o mês de maio de 2016.

A análise dos resultados quantitativos da pesquisa está apresentada no estudo através de gráficos, tabelas e frequência dos dados, utilizando-se a ferramenta Excel. Para os dados qualitativos foram trazidos os trechos das falas dos entrevistados.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base no referencial teórico e questionários aplicados, inicia-se a análise dos dados, observando-se o cenário agrícola e o contexto em que as famílias estão incluídas, podendo-se assim comprovar a existência ou não de atividades pluriativas e suas contribuições para fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar.

4.1 Caracterização da agricultura familiar através dos participantes da pesquisa

Um dado importante quando se discute pluriatividade no meio rural é o número de membros que compõem o núcleo da família. Neste estudo, pode-se dizer que 66% dos entrevistados têm de 02 a 04 membros na família, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 - Número de membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Até 2	6	12
De 2 a 4	33	66
Acima de 4	11	22
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Estes dados corroboram os dados do município de Tupanciretã, onde, de acordo com os dados do IBGE (2006), residem nos estabelecimentos rurais em torno de 02 a 04 pessoas, totalizando 4.261 residentes no meio rural. No Brasil, este número também é entre 02 a 04 pessoas, residindo em torno de 29.830,0007 e no Rio Grande do Sul sendo igual em torno de 02 a 04 pessoas, totalizando 1.593,638 residentes no meio rural.

Com relação ao grau de escolaridade ou formação acadêmica dos agricultores entrevistados, constatou-se que 36% têm ensino fundamental incompleto e 32% sem escolaridade, o que representa um nível bem alto de falta de escolarização, apenas 8% possuem o ensino fundamental completo e 12% nível superior completo, de acordo com a Tabela 02.

Tabela 02 - Grau de escolaridade/formação dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Sem escolaridade	16	32
Fundamental Incompleto	18	36
Fundamental Completo	4	8
Médio Incompleto	3	6
Médio Completo	0	0
Profissionalizante	0	0
Superior Incompleto	6	12
Superior Completo	2	4
Pós-Graduação	1	2
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Contribuindo com a pesquisa segue os dados do município de Tupanciretã, onde segundo o IBGE (2006) o ensino fundamental incompleto é 67,66%, sem escolaridade apenas 3,99%, melhorando os índices de ensino fundamental completo 11,08% e superior completo em 7,79%. No Brasil, o número de ensino fundamental incompleto segue alto, 42,35%, em seguida os números sem escolaridade também elevados, 33,75%, reduzindo os níveis de ensino fundamental completo 8,44% e apenas 2,82% de ensino superior completo. E no Rio Grande do Sul, predomina também com 71,39% o ensino fundamental incompleto, melhorando os índices em 6,78% sem escolaridade e crescendo com 9,66% os níveis de fundamental completo e com 3,22% ensino superior completo.

O nível educacional pode ser um aspecto relevante na adoção de novas tecnologias, defende Lockeretz (1989) que a educação está relacionada não somente com a habilidade de obter e processar informação, mas também com o uso de técnicas de gestão. Certas práticas requerem maior entendimento técnico do manejo, por isso o nível educacional e a experiência dos produtores são características pessoais que determinam as decisões sobre a adoção dessas práticas. Bem como limita o desenvolvimento de determinadas atividades pluriativas que exigem um nível mínimo de escolaridade e conhecimento básico em informática.

Conseqüentemente, em um cenário de dificuldade ou crise econômica ter acesso à informação torna-se fundamental. Corrobora Kageyama (2003, p. 05), “quando analisa a produtividade e renda na agricultura familiar a partir dos efeitos dos investimentos da política

agrícola de crédito Pronaf, afirmando que os produtores com mais escolaridade, devido à melhor informação e mais contatos, têm mais facilidade para buscar o Pronaf”.

No que diz respeito à área total, pode-se dizer que 26% dos entrevistados possuem área entre 51 e 100 hectares, enquanto 36% possuem menos de 20 hectares, conforme Tabela 03.

Tabela 03 - Área total da propriedade dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS

Descrição	Quantidade	Percentual
Menos de 10 ha	6	12
De 10 a 20 ha	12	24
De 21 a 30 ha	11	22
De 31 a 50 ha	8	16
De 51 a 100 ha	13	26
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Comparando-se com os dados do IBGE (2006), o município de Tupanciretã possui apenas 9,25% dos produtores com áreas entre 50 e 100 ha, o que demonstra que o Município tem uma forte concentração de terras, pois 26% têm áreas entre 50 e 100 ha. No Brasil, este percentual é de 14,75% das áreas de 51 a 100 ha, enquanto no Rio Grande do Sul é de 23,94% das áreas de 51 a 100 ha.

Conforme acrescenta Tinoco (2008, p.03)

A partir de 1950 nos sete censos agropecuários realizados no Brasil, informam VEIGA (2001), que a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, e sempre lhes coube 20% da área, o que indica uma permanência extremamente duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos.

Consideravelmente importantes são os níveis de renda dos agricultores familiares. Observa-se que 44% têm renda entre 01 e 02 salários mínimos, o que representa em torno de até R\$ 1.760,00 e 32% com renda de 02 a cinco salários mínimos, sendo uma renda familiar de até R\$ 4.400,00, conforme mostra a Tabela 04.

Tabela 04 – Renda Mensal dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
½ SM	0	0
De ½ a 1 SM	4	8
De 1 a 2 SM	22	44
De 2 a 5 SM	16	32
Acima de 5 SM	8	16
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Fortemente diferenciados segundo o nível de renda e região do país, os agricultores familiares são divididos em 4 tipologias, de acordo com a renda. Conforme o autor Bianchini (2005, p.163)_tipo A (maior que o valor VCO) – agricultores familiares capitalizados; tipo B (maior, menor ou igual ao VCO) – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C (maior ou igual a metade do VCO) – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima; tipo D (menor a metade ao VCO) – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza. No caso do RS, o valor do VCO (Valor do Custo de Oportunidade), na época era de R\$ 7687,68. Esta descrição permite confrontar com os dados do município de Tupanciretã, onde de acordo com o IBGE (2006) 38,96% são do tipo D, 20,44% do tipo C, 30,88% do tipo B e apenas 9,72% do tipo A. No Brasil, 56,25% são do tipo D, 12,63% do tipo C, 21,18% do tipo B e figurando com baixos índices novamente 9,95% do tipo A. No Rio Grande do Sul, também com percentuais altos, 38,41% do tipo D, 15,08% do tipo C, 31,45% tipo B e com o melhor índice 15,06% tipo A.

Contribuindo com a pesquisa, seguem dados sobre a condição dos produtores rurais, podendo-se dizer que 44% dos entrevistados são proprietários de suas áreas e 42% são assentados pela Reforma Agrária, de acordo com a Tabela 05.

Tabela 05 – Condição como produtor rural dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Proprietário	22	44
Arrendatário	7	14

Assentado	21	42
Outras	0	0
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Os dados do município de Tupanciretã, conforme o IBGE (2006) 75,37% são proprietários e 18,49% assentados, o que demonstra o número significativo de agricultores familiares assentados que fizeram parte deste estudo. No Brasil, este número é de 76,25% proprietários e 11,63% assentados, enquanto no Rio Grande do Sul 84,00% são proprietários e 8,31 % assentados.

Desde suas origens, o Brasil possui uma grande concentração de terras, conforme os dados acima, com o número de proprietários bem mais elevado que o de assentados. Neste caso da agricultura familiar não representa um aspecto negativo, pois assim como Mattei (2014), acredita-se que é possível pensar processos de desenvolvimento rural partindo-se da perspectiva da diversidade econômica e da heterogeneidade social da agricultura familiar através de assentamentos e reassentamentos rurais.

Tendo em consideração as culturas das lavouras, é possível verificar que várias famílias possuem diversificação de culturas, sendo representativo o percentual de soja em 56% do total de entrevistados, aveia em 38%, milho em 26% e 20% descrito como outras culturas utilizadas como pastagem para a produção de pecuária de corte e de leite. Também expressivo, embora em quantidade menor, os percentuais de hortaliças e de legumes 16%, e frutas 2%, de acordo com a Tabela 06.

Tabela 06 – Culturas das lavouras dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Soja	28	56
Milho	13	26
Aveia	19	38
Trigo	5	10
Canola	2	4
Girassol	0	0
Hortaliças e Legumes	8	16
Frutas	1	2
Outras (pastagem)	10	20

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Diferentemente, os dados do município de Tupanciretã, segundo o IBGE (2006), mostram que o percentual de soja da agricultura familiar é de 27,36% e cereais comendo aveia e milho 2,9%, seguindo com as hortaliças 1,09% e frutas 0,10%. Esses dados demonstram que nas propriedades que integraram o estudo existe uma participação elevada da produção de soja, mesmo tratando-se de produtores familiares e grande parte deles assentados. No Brasil, 2,20% é referente à soja, 12,21% aveia e milho e 3,82% hortaliças e 4,33% frutas. E no Rio Grande do Sul é de 12,43% soja, 11,36% aveia e milho e seguindo significativamente com 3,75% hortaliças e 3,78% frutas.

Embora seja característica histórica do Brasil a concentração de terras, a agricultura familiar vem apresentando crescimento em sua produtividade, tornando-se cada vez mais importante no setor de alimentos do país e geração de renda, isto se deve, em grande parte, à criação do PRONAF. Mattei (2006) aponta a segurança alimentar como forma de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A pesquisa também traz dados sobre a pecuária leiteira nas famílias dos entrevistados, evidenciando que 76% dos entrevistados produzem leite comercialmente, equivalente aos dados do IBGE (2006), onde em Tupanciretã 82,60% produzem pecuária leiteira comercialmente. No Brasil, o índice é de 80,64% e no Rio Grande do Sul 89,30%.

O agronegócio leiteiro é um setor importante para a economia agrícola brasileira, no Rio Grande do Sul os principais produtores de leite são considerados agricultores familiares. De acordo com Carvalho (2010, p.03):

Os avanços na cadeia láctea como um todo foram grandes nos últimos anos, entre os quais se destaca: pagamento por qualidade, implementação de legislação mais dura em termos de produção com qualidade, coleta a granel, distribuição e consumo, estrutura de fornecedores e internalização que mudaram a forma de produzir e comercializar leite no país. Para os produtores familiares as mudanças são revestidas de distintos impactos, pois nem todos conseguem acompanhar a demanda da indústria e dos consumidores no que se refere às melhorias na questão da gestão da produção, qualidade e sanidade do produto final. Neste sentido, verifica-se a existência de distintos perfis produtivos, envolvendo produtores de maior porte e altamente tecnificados até produtores de menor porte e/ou pouco modernizados ou produtores especializados e não especializados.

De forma mais ampla, sobre a produção animal na forma comercial nas propriedades estudadas constatou-se a predominância da produção de bovinos (corte e leite) em 54% dos

estabelecimentos, 22% produzem aves e as demais produções estão representadas na Tabela 07.

Tabela 07 – Produção animal dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Equinos	4	8
Caprinos	0	0
Ovinos	7	14
Suínos	5	10
Bovinos	27	54
Aves	11	22

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Auxiliando na pesquisa, seguem os dados do município de Tupanciretã, em conformidade com os dados do IBGE (2006), onde 830 estabelecimentos agropecuários possuem bovinos e 811 aves. No Brasil, o número de estabelecimentos com bovinos (corte e leite) é de 2.150.476 e aves 2.446.568, no Rio Grande do Sul, 283.574 bovinos e 276.228 aves.

No que se refere à tomada de decisão sobre a produção nas propriedades, pode-se dizer que para 52% dos entrevistados somente o chefe da família é responsável pela tomada de decisão, enquanto 20% são pelo chefe da família e a esposa, e 18% são dentro da família, a partir de discussões com membros que trabalham na propriedade, conforme a Tabela 08.

Tabela 8 – A tomada de decisão sobre a produção nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Dentro da Família, a partir de discussões com membros que trabalham na propriedade	09	18
Pelo chefe da família e esposa	10	20
Pelo chefe da família e os filhos que trabalham	5	10
Somente pelo chefe da família	26	52
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Os dados do município de Tupanciretã, onde de acordo com o IBGE (2006) os maiores índices são 66,17% tendo o produtor ou chefe da família como responsável pela

tomada de decisão. No Brasil, este índice é de 72,76% dos produtores e no Rio Grande do Sul 77,45% dos produtores são quem tomam a decisão sobre a produção nas propriedades de núcleo familiar.

Na agricultura familiar, a tomada de decisão segue em sua maioria padrões históricos, onde chefe da família é o grande responsável. As decisões e as ações a serem desempenhadas nas unidades familiares dependem muito das situações e dos objetivos do agricultor. Segundo Lima et al. (2005, p. 66),

AS decisões e ações dos agricultores familiares relativas à condução de suas atividades de produção são coerentes e racionais. Elas visam atender um ou mais objetivos percebidos como possíveis pelo grupo familiar, tendo em vista a percepção que o(s) agente(s) tem de sua situação e das finalidades atribuídas às suas unidades de produção.

E no grupo que foi estudado, um dos fatores que dificulta a tomada de decisão no meio rural, é a insegurança devido aos riscos da atividade agrícola. Segundo Meira e Sette (1996, p.05), a agricultura traz uma insegurança no campo, “sendo um dos negócios com maior potencial de risco devido a sua estrutura competitiva e às singularidades inerentes à atividade: envolve elementos vivos, influenciados por variáveis climáticas, biológicas sob as quais não se tem domínio”. Vários destes fatores de risco são até previstos, mas, no entanto, não podem ser diretamente controláveis, o que de acordo com Kimura (1998), leva a um ambiente de incertezas.

Em relação à quantidade de membros familiares que exercem as atividades na propriedade, é possível verificar que na maioria dos casos, ou 72% dos entrevistados, é o casal e até quatro filhos que estão desenvolvendo os trabalhos agrícolas e não agrícolas nos estabelecimentos rurais, segundo a Tabela 09.

Tabela 9 – Quantidade de membros da família que trabalham nas propriedades dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Somente o chefe da família	2	4
Chefe da família e esposa	16	32
Chefe da família e filhos (até dois)	5	10
Casal e filhos (até dois)	21	42
Casal mais filhos (até quatro)	5	10
Outros	1	2
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

A discussão sobre o trabalho exercido pela agricultura familiar é retratada nas discussões de Wanderley (1989; 1995), em que as relações da família com o trabalho têm duas questões centrais. A primeira é a importância do estabelecimento como local de trabalho da família, e a segunda o respeito das especificidades da agricultura familiar. O autor discute a potencialização do trabalho familiar, que permite ao agricultor ampliar suas capacidades e reduzir a necessidade de trabalhadores complementares. Destaca ainda que a diminuição da penosidade do trabalho no meio rural torna a permanência do produtor familiar mais viável, principalmente para os jovens.

4.2 Caracterização da sucessão na agricultura familiar dos produtores participantes da pesquisa

Junto com a pluriatividade, uma discussão abordada durante a pesquisa é a sucessão da agricultura familiar dos entrevistados. Pode-se dizer que para 84% dos entrevistados os filhos têm intenção de continuar as atividades familiares no meio rural, sendo que 16% ainda não decidiram se continuarão ou não na atividade rural.

Quando debatido sobre como ocorrerá o processo sucessório, os agricultores afirmam que pretendem deixar para os filhos e dividir de forma igualitária o patrimônio entre os filhos e as filhas. Para Spanevello (2008, p.07),

É que tanto os filhos como as filhas, em razão da saída, não se dedicaram efetivamente às atividades dos estabelecimentos. Não há reconhecimento da supremacia do trabalho masculino sobre o feminino. Para Carneiro (2001), a divisão igualitária é acentuada nos casos em que a terra perde o valor econômico e simbólico de reprodução da família. Segundo a autora, quando a terra é destituída do valor simbólico e econômico para a agricultura, o trabalho da mulher tende a ser reconhecido (embora o homem ainda continue sendo o chefe do estabelecimento), inclusive com possibilidade de estar incluída na herança da terra.

Nesse contexto, também foi discutido sobre qual seria o melhor caminho para estimular o jovem a continuar no campo. Verificou-se que 52% acreditam que receber apoio institucional (técnico) seria a melhor forma de ocorrer a sucessão no meio rural, programas governamentais incentivando jovens sucessores, porém para 28% ter acesso ao melhor conhecimento técnico e para 20% ter nível maior de escolarização, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 – Alternativas para a sucessão rural para membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Ter acesso ao melhor conhecimento técnico	14	28
Ter nível maior de escolarização	10	20
Receber apoio Institucional (financeiro e tecnicamente)	26	52
Não sabe	0	0
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

A permanência do jovem no meio rural é mais que uma preocupação, representa uma necessidade, pois este fator é responsável pelo desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que quando não existe sucessor para assumir a propriedade, na maioria dos casos, ela é vendida para agricultores de grande porte. Muitos filhos de agricultores decidem ficar pela idade avançada dos pais e se deparam com dificuldades para desenvolver o trabalho. Nesse contexto, se faz necessário dar condições e incentivo para esses jovens permanecerem no campo, pois eles vivem em busca da realização de seus sonhos e projetos de vida, e muitas vezes ficam inseguros no meio rural para realizar esses objetivos. Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA vem proporcionando acesso à tecnologia e a diversas formas de incentivo, como o programa Projovem Campo, que estimula a conclusão do Ensino Fundamental, elevando a sua escolaridade e oportunizando a qualificação profissional de acordo com as especificidades do campo, dentre outros programas como Pronaf e linhas de crédito Nossa Primeira Terra – NPT, porém dentre os entrevistados muitos não tem conhecimento destes programas, faltando incentivo aos jovens.

Ainda sobre a sucessão no meio rural, historicamente observava Champagne (1986, p.05) que:

As perspectivas em torno da instalação dos filhos como agricultores se concretizavam porque isso era evidente, ou por dever ou obrigação familiar. Conforme Gasson e Errington (1993), os pais que herdaram o estabelecimento da geração anterior têm interesse em repassá-la para a geração seguinte, podendo impor uma pressão sobre os filhos para permanecerem e manterem a tradição familiar. Na sucessão, não havia apenas o interesse do pai em instalar o filho como agricultor, mas também o interesse do filho em se tornar agricultor. Existia o que Abramovay et al. (1998, p. 27) considera como sendo “a fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros”.

No entanto, nas últimas décadas a maior proximidade entre rural e urbano modificou a perspectiva de instalação dos filhos na agricultura, assim como vem mudando a dinâmica da transmissão do patrimônio ou da propriedade. O estudo de Spanevello (2008, p.06) mostra que os agricultores sem sucessores acabam criando distintas estratégias em relação à transmissão do patrimônio. Trata-se de estratégias construídas levando em consideração: as dificuldades em continuar sozinhos no meio rural; a preocupação com a velhice; a certeza que os filhos não voltam; a vontade de residir na cidade, próximo aos filhos e o apego ao estabelecimento.

Em relação às possíveis razões para vender a propriedade, os entrevistados em sua grande maioria, com 46%, responderam que não venderiam a propriedade. Em segunda opção, com 32%, venderiam para comprar uma propriedade maior em outro lugar e com 16% por não ter sucessor ou condição de trabalhar, segundo a Tabela 11.

Tabela 11 – Possíveis razões para vender a propriedade dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Porque não tem sucessor ou condição de trabalhar	8	16
Para comprar uma propriedade maior em outro lugar	16	32
Para comprar uma casa na cidade	0	0
Para ajudar os filhos	1	2
Para comprar um carro	0	0
Para saldar dívidas	2	4
Para mudar de profissão	0	0
Não venderia	23	46
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Corroborando os resultados da pesquisa, que em sua maioria deixam evidente que não venderiam a propriedade, os trabalhos de Carneiro (1998, p.185) “também apontam que a venda é a opção menos aceita, principalmente entre os agricultores mais velhos, os que ainda mostram algum apego à propriedade”.

A pesquisa também traz dados sobre a orientação técnica nas propriedades, em sua maioria com 72% dos entrevistados recebem algum tipo de orientação técnica. Porém de acordo com os dados do IBGE (2006) do município de Tupanciretã, este índice é bem mais baixo, dos 1.005 agricultores familiares apenas 516 recebem algum tipo de assistência técnica,

no Brasil dos 4.366.267 agricultores familiares, recebe apenas 832.702 e no Rio Grande do Sul do total de 378.353 agricultores familiares, somente 184.329 recebem algum tipo de orientação técnica.

Neste seguimento a pesquisa buscou conhecer a origem desta orientação técnica, verificando-se que 40% dos entrevistados recebem orientação da COPTEC ou SEBRAE, SENAR, 16% técnico do INCRA e 12% o Técnico da Emater.

Tabela 12 - Orientação técnica nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Agrônomo	02	4
Técnico Agrícola	0	0
Técnico Emater	06	12
Técnico do INCRA	08	16
Outros SEBRAE/SENAR/COPTEC	20	40
Não tem assistência técnica	14	28
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Contribuindo para a pesquisa, o município de Tupanciretã, de acordo com o IBGE (2006), indica que 340 recebem orientação das cooperativas como a COPTEC, 65 de agrônomos e 74 de ações governamentais como INCRA e Emater. No Brasil, este número é de 165.177 de cooperativas, 125.742 agrônomos ou técnico agrícola e 400.426 de ações governamentais, e no Rio Grande do Sul 54.520 de cooperativas, 13.440 de agrônomos e técnico agrícola e 69.193 de ações governamentais.

Dentre os diversos aspectos que se pode avaliar, considera-se a existência de uma relação de confiança que se estabelece entre o agricultor e o profissional que oferece assistência técnica, e que ultrapassa o interesse imediato das empresas que ele representa. Esses profissionais possuem formação na área de ciências agrárias e acabam por auxiliar agricultores com informações técnicas relacionadas ao processo produtivo, mas sem relação com os produtos (sementes, defensivos ou fertilizantes) que muitas vezes estão vendendo. Por outro lado, Castro (2015) aborda que às vezes a visão de lucro em atender propriedades de maior porte com mais demanda acaba deixando de lado as propriedades menores de núcleo familiar, até mesmo é possível notar a deficiência da assistência técnica ser agravada pelo baixo nível de capacitação dos agricultores.

Entre os que participaram da pesquisa, a grande maioria conta com a ajuda do técnico/profissional para a ajuda na tomada de decisão sobre a produção na propriedade de núcleo familiar, dos 50 entrevistados, 46 alegam que sim é importante, apenas 4(quatro) que dizem não considerar importante.

Aliado a isto, a pesquisa traz dados sobre como o agricultor familiar toma a decisão no momento da produção. Em sua maioria, com 62%, levam em consideração ter maior produtividade de acordo com o tamanho da propriedade e 30% acreditam que ter maior experiência sobre o produto e mais facilidade de assistência é o mais importante, como demonstra a Tabela 13.

Tabela 13 – Tomada de decisão sobre a produção nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Consumo familiar	2	4
Valor comercial	11	22
Facilidade de comercialização do produto	8	16
Melhor adequação às condições de clima e solo	10	20
Maior produtividade de acordo com o tamanho da propriedade	31	62
Maior experiência sobre o produto	15	30
Mais facilidade de assistência	15	30
O que exige poucos cuidados	1	2
Outros	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

A propriedade de núcleo familiar, independente do tamanho, precisa ser analisada criteriosamente, como um todo, a partir dos fatores internos, como localização geográfica dentro da propriedade, recursos naturais, humanos, financeiros próprios, tecnológicos e de infraestrutura e dos fatores externos, como localização geográfica fora da propriedade, serviços de apoio e as informações sobre a demanda e a oferta dos produtos, inclusive recursos da terra, antes de assumir uma linha de produção, pois além de baixa produtividade, pode ter uma degradação do solo e os recursos são poucos para conseguir reverter esta situação. Para seu sucesso, ou até mesmo sobrevivência no meio rural, é de suma importância sua assertividade nessas decisões.

Outro quesito levado em consideração na pesquisa é referente às atividades de lazer das famílias de núcleo familiar, sendo que 54% têm atividades de lazer no interior e 34%

costumam frequentar a cidade nos finais de semana para algum lazer ou festas locais, de acordo com a Tabela 14.

Tabela 14 – Lazer dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã- RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
SIM	17	34
NÃO	6	12
Lazer no Interior	27	54
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Os estudos recentes sobre o meio rural, de modo geral, cada vez mais abordam a preocupação com a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

Normalmente, o que se verifica na agricultura familiar é um ambiente de muito trabalho, poucos recursos, a atividade leiteira ocupando quase todo o tempo, e o pequeno produtor tornando-se prisioneiro do próprio trabalho. Mas a nova visão da agricultura familiar busca mudar esses cenários, fornecendo condições de acesso ao lazer e, sobretudo, qualidade de vida ao produtor. Outro fator levado em consideração é que a vida de muitos agricultores familiares é no interior, logo se faz necessário algum momento de lazer ou descontração, pois nem todos têm condições de ir à cidade para sair um pouco da rotina, que acaba se tornando maçante. A nova concepção de desenvolvimento sustentável traz em si alterações fundamentais que enfatizam diminuição dos níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade, elevação das condições de saúde, de educação, de moradia e de lazer.

Um dado relevante quando se estuda a agricultura familiar é referente à renda da família. A pesquisa traz dados sobre as famílias que possuem outra fonte de renda, identificando-se entre os entrevistados que 40 famílias possuem outra fonte de renda.

Em conformidade com os dados da pesquisa, segundo o IBGE (2006), no município de Tupanciretã são 258 famílias de núcleo familiar de agricultores que possuem outra fonte de renda. No Brasil, este número é de 1.709.325 e no Rio Grande do Sul 172.079 agricultores familiares.

Dentre as outras fontes de renda existentes, identifica-se 47,5% com trabalhos fora da propriedade e 25% de Bolsa Família e programas governamentais, segundo a Tabela 15.

Tabela 15 – Outras fontes de renda dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Trabalho Fora da Propriedade	19	47.5
Aposentadorias e Pensões	7	17.5
Bolsa Família e outros programas governamentais	10	25
Outras	4	10
TOTAL	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

De acordo com os dados do IBGE (2006) 37,47% são recursos de aposentadorias ou pensões, 14,60% de programas governamentais e 23,97% de fora do estabelecimento. No Brasil, 43,42% são recursos de aposentadorias ou pensões, 31,51% de programas governamentais e 386.961 (18,92%) de fora do estabelecimento, e no Rio Grande do Sul 59,58% são recursos de aposentadorias ou pensões, 14,54% de programas governamentais e 18,24% de fora do estabelecimento.

Torna-se cada vez mais comum e frequente a existência dessas atividades pluriativas no meio rural, permitindo a um ou a vários membros da unidade familiar desempenhar diferentes funções, e a renda obtida tanto pode servir como complemento que reforça e garante a reprodução da exploração agrícola como pode indicar uma estratégia de desenvolvimento da atividade agrícola na reprodução social.

A interação entre atividades agrícolas e não agrícolas gera a pluriatividade, porém a definição da pluriatividade afasta-se da discussão da combinação de rendas e do tempo de trabalho dos membros que exercem a combinação de atividades. Para Schneider (2009, p.05) “não é o fato de que em uma família existe o acesso a diferentes tipos de renda, além das agrícolas, tais como as rendas de aposentadorias, Bolsa Família, remessa de dinheiro de parentes ou membros da família que residem e trabalham fora do estabelecimento, que faz com que uma família seja considerada pluriativa”. Enquanto não se configurar uma situação

que implique na combinação de diferentes atividades com a agricultura, não se pode falar em pluriatividade.

4.3 Atividades pluriativas realizadas pelos produtores familiares entrevistados

Pode-se dizer que a principal renda agrícola das propriedades que fizeram parte deste estudo ainda é a atividade agrícola, sendo que em 50% das famílias é a comercialização de cereais e 40% têm na atividade leiteira a principal fonte de renda, conforme a Tabela 16.

Tabela 16 – Participação da renda agrícola nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Comercialização de cereais	25	50
Comercialização de frutas	0	0
Gado leiteiro	20	40
Gado de corte	4	8
Frango	0	0
Suíno	0	0
Outros	1	2
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

As rendas agrícolas estão relacionadas ao sistema de produção escolhido pelo produtor. Schneider (2010) considera que nos estabelecimentos rurais as rendas podem ter origem unicamente agrícola, este fato está atrelado à disponibilidade de capital e de áreas disponíveis.

A região onde foi realizada esta pesquisa é caracterizada pelo grande número de produtores de cereais, principalmente a soja, e o produtor rural familiar deve levar em consideração se tem capital que dará as condições para a estruturação de sua unidade de produção. De acordo com Graziano da Silva (1999), a mecanização depende de disponibilidade de terra e de capital para a adoção de técnicas que exijam uma escala de produção mínima.

Na pesquisa, é possível observar o percentual elevado da renda de comercialização de cereais e em seguida gado leiteiro, e muitas vezes a queda da renda proveniente destas atividades estimula a busca por outras formas de ocupação não agrícola. Essa queda pode

ocorrer por fatores naturais, econômicos ou por falta de condições do produtor em investir e permanecer nesta atividade. Também destaca Graziano da Silva (2002) que o processo de modernização da agricultura com a crescente mecanização das atividades e a subcontratação de serviços contribuiu para a liberação da força de trabalho para a realização de outras atividades.

Portanto, nesta pesquisa considera-se pluriativo aquele produtor que exerce outras atividades além da agrícola e da pecuária como fonte de renda. Identificou-se neste estudo que 80% das famílias dos entrevistados são pluriativas.

Das atividades pluriativas, destaca-se outras atividades, como motorista de transporte escolar, caminhoneiro e fabricação de bolachas, como a principal fonte de renda não agrícola em 30% dos entrevistados, com 20% prestação de serviços com máquinas agrícolas e 10% das rendas não agrícolas oriundas do artesanato e do comércio. As demais atividades estão elencadas na Tabela 17.

Tabela 17 - Atividades pluriativas exercidas nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Comércio	4	10
Artesanato	4	10
Professor	2	5
Costureira	1	2,5
Cozinheiro	1	2,5
Pedreiro	1	2,5
Serviço Público	3	7,5
Prestador de serviços com máquinas agrícolas	8	20
Empregada doméstica/diarista	3	7,5
Turismo	1	2,5
Outras Atividades	12	30
TOTAL	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Pode-se dizer que a prestação de serviços com máquinas agrícolas justifica-se em função do número de produtores de grãos no município, assim estes produtores familiares vendem mão de obra temporária para outros produtores. Quanto ao artesanato, são produzidos panos de prato, jogos de cozinha e toalhas bordadas com o objetivo de enfeitar a casa ou para presente, e a comercialização é feita de porta em porta, no interior e na cidade. O comércio é

feito em minimercados do interior que vendem frutas, verduras, mandioca, queijo, salame, bolachas e outros produtos coloniais e industrializados para o consumo, e o excedente comercializado na cidade. Com relação ao turismo rural, são atividades de veraneio como Camping, e as propriedades aproveitam os recursos naturais que possuem como rios e mata nativa para gerar uma fonte de renda. Descrito como outras atividades, encontra-se motorista de transporte escolar, que ocupa apenas a parte da manhã para desenvolver a função, motorista de caminhão em período de colheita e fabricação de bolachas, que são comercializadas no interior e na cidade.

Quando questionados em relação ao desenvolvimento das atividades pluriativas nas propriedades, 80% veem benefícios em seu exercício, inclusive em cenários de crise consideram positivo ter alternativa complementar e, ao contrário, 20% não veem benefícios seu exercício, pois acreditam que o agricultor, de modo geral, deve dedicar-se a sua terra, que é seu bem maior, mesmo assim exercem outras atividades além da agrícola por necessidade de complementar a renda familiar.

Historicamente, acredita-se que as atividades pluriativas sempre foram praticadas por camponeses ao longo do tempo, que sem conhecer os rígidos padrões atuais de divisão de trabalho eram praticamente autossuficientes e, portanto, pluriativos. Afirma Schneider (2003) que a pluriatividade sempre existiu, marcando presença em diferentes períodos históricos e socioeconômicos.

Dentre os motivos para exercer as atividades pluriativas, 87,5% enfatizam que é por necessidade de complementar a renda da família, apenas 5% alegam ser principal fonte de renda ou tentar participar de cargos públicos para buscar mais incentivos ao meio rural, como por exemplo vereador ou secretário da agricultura, somente 2,5% veem nesta atividade a única alternativa para continuar na terra, conforme mostra a Tabela 18.

Tabela 18 – Motivos apontados para exercer as atividades pluriativas, nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS

Descrição	Quantidade	Percentual
Porque é a principal fonte de renda da família	2	5
Porque precisa para complementar a renda da família	35	87.5
Porque é a única saída para continuar na terra	1	2.5
Outros motivos	2	5
TOTAL	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

A pluriatividade também pode ser vista como um estímulo nos assentamentos rurais, como é o caso do município de Tupanciretã, podendo representar tanto soluções de emprego e de renda complementar aos trabalhos agrícolas como propriamente uma opção ocupacional diferenciada para aqueles que não desejam permanecer na atividade agrícola por uma razão ou outra.

Ao se falar em pluriatividade como algo temporário para contornar situações de crise, existem opiniões diversas, como a de Sacco dos Anjos (2003).

[...] não se trata simplesmente de uma estratégia de adaptação que de modo exclusivo incide em famílias camponesas detentoras de explorações não competitivas do ponto de vista técnico e econômico, mas que igualmente alcança unidades familiares modernizadas e fortemente integradas aos mercados. (p.20)

Um fator também relevante na pesquisa é o período de tempo que esses produtores pluriativos utilizam para desenvolver as atividades, 35% trabalham até quatro horas por dia, 22,5% quando surge oportunidade, 20% até oito horas por dia, dependendo do período em que há maior demanda, 12,5% acumulam o trabalho e tiram alguns dias da semana ou mês para se dedicar, com menores índices, e 10% no mínimo até duas horas por dia, de acordo com a Tabela 19.

Tabela 19 – Tempo utilizado para atividades não agrícolas nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Até duas horas por dia	4	10
Até quatro horas por dia	14	35
Até oito horas por dia	8	20
Só uma vez por mês	3	7,5
Só uma vez por semana	2	5
Quando surge a oportunidade	9	22,5
TOTAL	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

As atividades pluriativas fora do estabelecimento podem ser de natureza permanente ou temporária, em tempo parcial ou integral, define Scheneider (2003). Essas ocupações são uma alternativa de trabalho importante para os pequenos produtores nas áreas rurais, especialmente durante os períodos de menor demanda nas atividades agrícolas.

Considera-se que o indivíduo dispõe de um tempo útil de oito horas diárias de trabalho, o que torna possível desenvolver uma ou mais atividades agrícolas em uma parte do tempo e uma ou mais atividades pluriativas em outra parte, conforme Schneider (2003), sem que ocupem a totalidade do tempo pelo somatório de ambas atividades.

Considerava Barthez (1987, p.05) “ser a pluriatividade uma consequência do tempo parcial. Nela, agricultores que não ocupam todo o tempo nas atividades agrícolas tendem a procurar outras atividades para se afastarem da ociosidade, tornando-se então pluriativos”. Essa situação frequentemente ocorria com as esposas de agricultores, que abandonavam a atividade agrícola para se dedicarem integralmente a atividades externas, como artesanato ou produção de cucas.

Nesse sentido, a pesquisa revela índices baixos para famílias com membros que além da produção agrícola e não agrícola possuem outra atividade como artesanato, balaios, cestos e material de selaria. Em apenas 20% das propriedades entrevistadas, a esposa desenvolve esse tipo de atividade, e de forma individual, cada uma em sua propriedade, sem união de classe para fortalecer o trabalho, ganhar preço e quem sabe ampliar a produção.

Com o avanço tecnológico diminuindo a demanda de trabalho na propriedade, e após o retorno da renda ser investido na própria propriedade, os produtores de núcleo familiar são estimulados a permanecer conciliando as atividades. Conforme Schneider,

Onde a pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. (FULLER E BRUN, 1988, P. 150, APUD SCHNEIDER, 2003)

Dentre as atividades pluriativas realizadas nas famílias, apontou-se quais membros trabalham, 47,5% alegaram envolver toda a família nas atividades, 27,5% apenas o pai, 20% somente a mãe e em apenas 5% somente os filhos praticam atividades pluriativas, segundo a Tabela 20.

Tabela 20 – Membros da família que trabalham com atividades pluriativas nas propriedades residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Todos	19	47.5
Só a mãe	8	20

Só o pai	11	27,5
Os filhos	2	5
Outros	0	0
TOTAL	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Os baixos percentuais de filhos nas atividades pluriativas deve-se, em sua maioria, à forma como as relações e os modos de trabalho interferem na composição familiar das pessoas que vivem no meio rural, em que as condições de trabalho e a renda nem sempre são atrativas para determinadas faixas etárias e gênero, de acordo com Junior, Trentin e Filippi (2006). Assim, o êxodo rural masculino e o envelhecimento da população tornam-se situações cada vez mais frequentes.

No entanto, muitos dos que abandonam a propriedade rural têm como principal motivo não a vontade de viver na agitação das cidades, mas sim a impossibilidade de alcançar os objetivos almejados desenvolvendo atividades não agrícolas e, inclusive, agrícolas. Porém, os pais que permanecem na propriedade, além das necessidades básicas, buscam, sobretudo, não medir esforços para ajudar os filhos a ter acesso à educação, cursar uma faculdade, construir um futuro digno e ter a oportunidade de realizar seus sonhos.

4.4 Contribuições das atividades pluriativas na renda do produtor familiar

Fundamental na pesquisa é ter a dimensão da renda oriunda das atividades pluriativas na renda total dos agricultores familiares entrevistados. Para 50% dos entrevistados, mais de 80% da renda é agrícola e pecuária. Para 20%, este percentual oscila entre 60 e 80%, e 27,5% afirmaram que a atividade agrícola e a pecuária respondem por um percentual de 40 a 60% da renda total da propriedade. Estes dados demonstram que as atividades pluriativas representam menos de 20% da renda dos produtores entrevistados, segundo a Tabela 21.

Tabela 21 – Percentual de participação da renda agrícola e pecuária na renda total familiar, nas propriedades dos membros residentes na família pluriativa dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Até 20 % a renda é agrícola e pecuária	0	0
20 a 40% a renda é agrícola e pecuária	1	2,5
40 a 60% a renda é agrícola e pecuária	11	27,5
60 a 80% a renda é agrícola e pecuária	8	20
Mais de 80% a renda é agrícola e pecuária	20	50

TOTAL	40	100
-------	----	-----

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Conforme aponta Schneider sobre a importância das rendas (2003, p.14):

Destaca pelo menos cinco fatores principais que teriam contribuído para a emergência e a expansão das atividades pluriativas nos países desenvolvidos. São eles: a modernização tecnológica; a queda das rendas agrícolas; as políticas públicas; a dinâmica do mercado de trabalho e a pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar.

A pluriatividade apresenta-se não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não agrícolas não dependam exclusivamente da renda obtida das atividades agrícolas. Neste estudo, os dados da pesquisa reforçam o argumento de que a pluriatividade contribui para o aumento da renda familiar, mas não significativamente, pois apenas 20% da renda total da família vem de atividades pluriativas.

Sobre os 20% de produtores que informaram não exercer atividades pluriativas, buscou-se apontar os motivos por esta opção, constatando-se que principal razão apresentada foi a falta de tempo. As outras informações estão demonstradas na Tabela 22.

Tabela 22 – Motivos para não exercer atividades não agrícolas, nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Não acha necessário	2	20
Não quer	2	20
Não sabe o que poderia fazer além das atividades agrícolas	2	20
Falta de tempo	4	40
Outros	0	0
TOTAL	10	100

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Outro fator importante para a pesquisa é como os produtores familiares consideram as rendas não agrícolas, e em sua grande maioria, 76% consideram como complementar, apenas 4% como principal e que poderiam mudar seu padrão de vida, deixando de exercer as atividades agrícolas.

Como toda forma de trabalho exige tempo e dedicação, é tradicional os agricultores se dedicarem de forma exclusiva às atividades agrícolas, uma vez que isso já demanda tempo em

dobro, dependendo do período, e a terra é considerada seu maior bem, um patrimônio extremamente valioso que pode retribuir de forma significativa se manejado da forma correta e sustentável. Cada vez que o produtor deixa de estar integralmente presente em sua terra, deixa de cuidar, semear ou colher e ninguém fará isso por ele, portanto zelar pelo seu patrimônio é uma opção coerente do agricultor familiar.

4.5 A influência da pluriatividade na qualidade de vida e na permanência da família no meio rural

Contribuindo para pesquisa, levantou-se dados sobre a influência da pluriatividade na qualidade de vida e na permanência das famílias no meio rural. Com relação ao futuro dos filhos, 97,5% dos entrevistados alegam desejar que os filhos consigam conciliar as atividades agrícolas com as não agrícolas, podendo desempenhar a profissão que escolherem e cuidar do patrimônio que um dia será deles, apenas 2,5% desejam que o filho exerça apenas atividades agrícolas, para que não enfrente dificuldades.

No entanto, existe uma carência de estímulos para o jovem permanecer no meio rural e nas pequenas cidades de interior. Seria necessário fazer investimentos sociais e econômicos, segundo Abramovay (1998), para reduzir o êxodo para as grandes cidades, criando opções locais para que as expectativas dos jovens possam ser alcançadas.

Apesar da renda não agrícola representar 20% da renda total da propriedade, quando questionados sobre as alterações nos níveis de vida a partir das atividades pluriativas, em 60% dos entrevistados as famílias passaram a investir mais na propriedade com as rendas não agrícolas, para 25% a família passou a adquirir bens para melhorar o conforto da casa e em 10% a família começou a poupar mais dinheiro, conforme a Tabela 23.

Tabela 23 – Alterações no nível de vida familiar, através da pluriatividade, nas propriedades dos membros residentes na família dos entrevistados no município de Tupanciretã-RS.

Descrição	Quantidade	Percentual
Sim, a família passou a adquirir bens para melhorar o conforto da casa	10	25
Sim, a família passou a investir mais na propriedade	24	60
Sim, a família começou a poupar mais dinheiro	4	10
Sim, a família passou a ter mais lazer	2	5
Sim, a família passou a se alimentar melhor	0	0

TOTAL	40	100
-------	----	-----

Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Pode-se dizer que as rendas oriundas das atividades pluriativas, em sua maioria, são investidas na propriedade rural, proporcionando um padrão de vida melhor. Segundo Ellis (2000), a diversificação da produção ou das formas de sustento é um dos caminhos que a unidade familiar rural pode estabelecer como estratégia para obtenção de qualidade de vida, podendo também contribuir para a permanência no meio rural, pois existe uma vontade por parte dos pais de que os filhos permaneçam na atividade rural e percebem na pluriatividade uma forma de contribuir com a sucessão agrícola, já que podem ter contato com o meio urbano e retornar para o meio rural.

4.6 As possibilidades de desenvolvimento para o meio rural no Município através da pluriatividade na agricultura familiar

Neste estudo, as rendas não agrícolas oriundas da pluriatividade, apesar de estarem presentes em 80% das famílias entrevistadas, contribuindo com 20% da renda, têm conseguido contribuir para a melhoria da qualidade de vida do produtor, através da aquisição de automóveis, de benfeitorias da propriedade, de auxílio aos filhos que estudam fora e de lazer.

Apesar dos pais acharem que a pluriatividade possa contribuir para a permanência dos jovens no meio rural, fica uma preocupação sobre as condições para que este jovem ali desenvolva seu futuro, pois se os agricultores dedicarem 4 horas diárias a outras atividades pluriativas, poderá diminuir a dedicação à atividade agrícola. Além disso, associado ao preço da terra e ao preço da soja, poderá existir uma pressão do grande produtor para aquisição dessas áreas, concentrando cada vez mais a terra no Município e comprometendo o desenvolvimento rural. Esta questão é corroborada pelos entrevistados.

A falta de sucessão na agricultura familiar tende a fortalecer a agricultura empresarial, pois muitas vezes os filhos não veem futuro em cima da terra ou pode ocorrer de um irmão não ter condição de comprar dos outros e assim quem acaba tendo poder de compra, o empresarial e nos assentamentos este cenário também se repete pois apenas um herdeiro pode assumir, que acabam muitas vezes por arrendar ao empresarial e morar na cidade trabalhando em outras atividades. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tupanciretã).

De modo geral a agricultura familiar vem diminuindo, os filhos não querem permanecer no campo, as áreas são pequenas, as rendas são baixas, bastante trabalho

manual, acaba que fica apenas o casal, os filhos conseguem ganhar mais fora da propriedade até pelo fato simples de muitas vezes o pai não pagar um salário para o filho trabalhar na propriedade e eles saem em busca desse salário mensal, pois se sentem independentes ou até mesmo vão estudar fora acabam que não voltam para a propriedade e neste contexto o agricultor empresarial se fortalece arrendando e futuramente comprando a propriedade. (Coordenador Emater)

O Fortalecimento das famílias passa pela sucessão familiar nas propriedades e este é um problema que atinge em todos os grupos familiares. Há uma tendência de concentração dos tamanhos das propriedades com venda pelos pequenos, pois as atividades destas propriedades não geram rendas suficientes para promover o bem estar das famílias e sobra para capitalizar-se e investir em estruturas maiores. (Assistente Técnico da Emater)

Neste mesmo contexto estão os assentados, que se diferenciam de outros produtores da agricultura familiar por não poderem simplesmente fechar ou arrendar a propriedade por um período estipulado ou de crise e depois retornar, pois correm o risco de perder a propriedade, conforme relatam os entrevistados.

A reforma agrária propiciou acesso à terra pra muita gente e muita gente boa, que batalho pra conquista seu espaço e fez valer, tem organização, tambos de leite que chegam a render em torno de R\$ 15.000 por mês, mas isso como digo é pra quem é organizado e trabalha de sol a sol, porque na agricultura familiar o resultado do trabalho é da família, se ela se desprende para ir fazer outras atividades, quem vai cuida do bem maior que é a terra também tem a questão que a propriedade não pode ser abandonada, pois corre o risco de perder a propriedade, logo a terra fica ali improdutiva, não faz sentido. (Coordenador da Coptec)

Não trabalhamos com assentados mas na nossa visão a reforma agrária foi muito boa, porém mal distribuída, muitos que ganharam nunca trabalharam com a terra e ainda os primeiros assentados foram largados em cima, sem recurso e estrutura, hoje em dia eles dispõem de mais condições que o agricultor familiar que em sua maioria nasceu na terra ou trabalhou a vida inteira nela e depois comprou sua própria propriedade. (Assistente Técnico da Emater)

Pode-se dizer que as atividades pluriativas se desenvolveram devido à instabilidade no meio rural. Sem poder de barganha, por ser em pequena quantidade, este cenário leva os agricultores familiares a procurarem outras fontes de renda que tragam segurança para pagar suas dívidas. Porém, as atividades pluriativas são alternativas em momentos de crise, não influenciando no abandono da propriedade, pelo contrário, servem para que o produtor se mantenha no meio rural, conforme exemplifica um dos entrevistados.

Podemos exemplificar pela última crise do leite, muitos produtores venderam as vacas os equipamentos e foram em buscas de novas fontes renda, mantendo a

propriedade arrendada ou com apenas um gadinho de corte, passados oito meses o preço do leite dobrou e o produtor não tem mais condições de produzir, se desfez de seus bens, o trabalho que lhe rende dois salários mínimos por mês e lhe traz está “segurança” equivale a tirar uma vaca e meia no campo no cenário pós crise ou seja a atividades pluriativas são uma oportunidade passageira, serve para se manter no campo. Se organizar, de preferência em grupos de forma cooperativa e posteriormente voltar a focar, e principalmente buscar para investir de forma integral na propriedade que é sem dúvida o maior patrimônio e maior fonte de renda. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tupanciretã)

Apesar de serem consideradas esporádicas e por alterarem temporariamente a rotina diária do produtor no meio rural, as atividades pluriativas não contribuem para o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar, mas apenas para manter o agricultor no meio rural e para aumentar os níveis de renda em períodos de crise agrícola. Podem tirar o foco do produtor, porque na medida em que ele deixa de estar na terra para desenvolver as atividades agrícolas acaba não fazendo bem feita nenhuma delas, conforme os entrevistados.

A pluriatividade pode servir como atividade alternativa, para descontrair, melhora a qualidade de vida, porque afinal a vida do agricultor é ali na propriedade e a renda será insignificativa em relação a agrícola, diferente da maioria dos trabalhadores de empresas, que durante o dia desempenha sua função, depois desliga e vai pra casa, o agricultor familiar trabalha, vive, tem sua família, toda a vida ali naquela extensão de terra e assim faz sentido uma vez ou outra mudar a rotina para não se tornar maçante, criar cooperativas, grupos de reuniões nas comunidades, mas a dedicação e a especialização deve ocorrer nas atividades agrícolas. (Coordenador da Coptec)

As atividades pluriativas para as pequenas propriedades são viáveis agregam renda e mantem a atividade agrícola, principalmente em períodos de crise, mas isto exige um bom entendimento, pois de forma alguma o produtor deve abandonar a propriedade ou como muitos que deixam de participar de reuniões e projetos aqui na Emater que poderiam viabilizar até o aumento da sua área ou produção, enfim o desenvolvimento da propriedade. (Assistente Técnico da Emater)

A percepção é que as atividades geradoras de renda fora da propriedade nas condições do nosso município são uma forma das famílias terem renda e manter-se na propriedade, bem como o trabalho realizado em outras propriedades possibilitam não somente a renda mas também a sabedoria e troca de experiências do gerenciamento com os agricultores contratantes. (Coordenador da Emater)

A partir desta pesquisa, pode-se dizer que no município de Tupanciretã existem três categorias de agricultor, o agricultor empresarial, o agricultor familiar de mercado e o agricultor familiar assentado, conforme corroboram os entrevistados sobre esta categorização, ressaltando as dificuldades da agricultura familiar no município.

[...] nas categorias existe a presença do agricultor familiar, aquele que é proprietário e está inserido nos processos de produção, na maioria dos casos com a atividade leiteira, grãos e gado de corte. Porém é possível observar diferenças claras em duas categorias, a agricultura familiar tem serias dificuldades de se desenvolver, devido ao escoamento da produção: produção tem sobrando na agricultura familiar, porém sem legalidade, isto é desde o básico como um contrato de entrega do leite, e as condições das estradas são precárias, praticamente sem acesso ao escoamento da produção, sem estrada[...] nos assentamentos tende a ser pior ainda esta situação, acaba em correr que o transporte de leite não entra em propriedades sem qualidade e de menos de 100 litros, e se chover, não entra em nenhuma mesmo, apenas nas de grande produção do agricultor empresarial, que possui equipamentos, condições e arruma sua estrada, neste caso se faz necessário a criação de mini cooperativas, para unir um volume de produção, dividir despesas dos resfriadores, porém os agricultores familiares não tem interesse em buscar crescimento coletivo, quando criado cooperativas começa a luta por interesse individual e as mesma quebram. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tupanciretã)

Acredito que a agricultura familiar existe em todas as categorias, os grandes produtores pelas condições financeiras, técnicas enfim tendem a produzir e aumentar, os agricultores familiares vivem em lutas constantes com dificuldades de acesso a ferramentas tanto assentado quanto não, claro que os assentamentos muitos deles tiveram acesso a luz, a água encanada a pouco tempo, mas escassez segue presente ainda, em linha de crédito para fomentar o crescimento, o que ocorre é apenas o Pronaf que pega e paga, paga e pega, o valor é o mesmo todo ano, não tem uma perspectiva de fomentar o desenvolvimento das atividade agrícolas, não existe uma real análise da propriedade, dos recursos da terra, acaba que vai só degradando o solo, vislumbrando um cenário diferente onde houvesse um estudo, uma análise da terra. (Coordenador da Coptec)

[...] basicamente a primeira diferença que podemos observar é a forma de iniciação, o agricultor familiar adquire por compra ou herança, os assentados são de organizações, porém o agricultor empresarial é pouco casos que podem ser considerados familiar, até pelas leis do Pronaf que é até 140 hec no município. (Assistente Técnico da Emater)

A produção das pequenas propriedades seja ela localizadas em assentamentos ou fora dos mesmos, estão baseadas na produção de leite em sua grande maioria, atividade esta que tem diminuindo o número de participantes nos últimos anos em função das crises do setor e da baixa remuneração. (Coordenador da Emater)

Uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar no Município é através do sistema cooperativista. Ou, ainda, através da pluriatividade dentro da unidade de produção rural, em que o produtor poderá conciliar suas atividades agrícolas com outras, como por exemplo, a agroindústria familiar.

Existem tendências na Europa que já deixam claro que a única saída para o agricultor familiar se desenvolver será através de forma cooperativa ou associativa, embora exista uma forte resistência do agricultor em aprender a lidar com esta importante ferramenta, em se unir e prol de um bem comum e também um grande desinteresse da parte deles em busca alternativas que levem ao crescimento, porque existe uma verdade nestes cenários embora poucos mais tem agricultores que são espertos, buscam alternativas, se fortalecem e de fato crescem, em contra partida temos uma maioria que quer apenas quer sobreviver e acaba sendo arrastado pelos

demais, mas esta tendência cooperativa deverá prevalecer no decorrer no tempo por vir a ser a única alternativa do agricultor familiar se fortalecer e se desenvolver”. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tupanciretã).

Hoje em dia para quem quer assistência, tem que buscar, porque ela existe, porém não vai bater na porta oferecer. Cabe ao produtor se organizar, de preferência em cooperativas, pode ser no grupo familiar, que a Emater do todo o apoio e a assistência para desenvolver o projeto, capta recursos e acompanha a produtividade. Existe vários programas assistenciais, porém a falta de participação para desenvolver, muitos produtores têm dificuldades em sair da propriedade, a atividade limita muito, ocupa bastante mão de obra e também principalmente nos assentados que é alto o nível de endividamento e baixo poder aquisitivo. Outra questão que se observa é que nosso município é um dos poucos na região que não tem programas de fortalecimento a agricultura familiar, falta destinação dos recursos. Ex: um projeto que viabilizasse estradas, para o produtor familiar escoar a produção. Claro, neste sentido voltamos ao ponto também que a principal atitude que falta a agricultura familiar é organização, interesse de buscar por seus objetivos, porque se ao menos se organizassem em formas associativas ou cooperativas podiam pedir maquinas e equipamentos para determinada produção ou estradas. Isto facilita o credito e viabiliza projetos. (Assistente Técnico da Emater)

A pluriatividade dentro das propriedades é essencial para o desenvolvimento e manutenção das mesmas, ou seja, as famílias devem se dispor trabalharem em mais atividades como por exemplo a possibilidade de montar pequenas agroindústrias familiares, sejam elas individuais ou em grupo de famílias. (Coordenador da Emater)

No município de Tupanciretã, apesar de concentrar grande parte ou a maioria dos estabelecimentos rurais familiares, tem na sua ocupação de área produtores considerados como não familiares e de assentamentos. Neste estudo, não se percebem diferenças na pluriatividade e suas características para produtores familiares assentados e não assentados. Destaca-se, ainda, através dos relatos dos entrevistados, que agricultor familiar é considerado aquele que tem menos de 140 ha, diferentemente do enquadramento do Pronaf e da Lei da agricultura familiar, além de outras discussões realizadas neste estudo.

Aliada às preocupações com o fortalecimento da agricultura familiar, uma das discussões inerentes à região é a diminuição da população rural, seja pela inviabilidade das pequenas áreas e conseqüente falta de sucessão ou pela saída de pessoas idosas que ao se aposentarem procuram qualidade de vida e acesso à saúde fora do meio rural ou, ainda, por grandes produtores que possuem áreas de produção com cada vez mais escala e residem na cidade de Tupanciretã ou em outras cidades da região.

A pluriatividade vem sendo estudada como uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, mas pode-se dizer, através da pesquisa realizada com os segmentos rurais

do Município, que esta estratégia não tem conseguido fomentar esse fortalecimento nas propriedades.

No que diz respeito à sucessão da agricultura familiar, este é um tema em que a discussão envolve outras variáveis além da pluriatividade. Além de uma questão econômica, trata-se também de uma questão cultural, que envolve o setor agrícola, em que produtores e segmentos rurais consideram o meio rural como um espaço negativo de convivência, seja pela queixa da falta de políticas, da falta de rendas ou de estrutura, assim o jovem não tem incentivo para permanecer nesta atividade. Além disso, o filho participa pouco da tomada de decisão na atividade agrícola e também não tem um salário fixo, o que faz com que muitos jovens prefiram as atividades pluriativas, como um emprego fixo na cidade, salário certo e maior variedade de lazer.

Uma das alternativas apontadas pelos entrevistados é o sistema cooperativista como forma de fortalecimento da agricultura familiar no Município, seja pela produção de agroindústrias ou pela comercialização conjunta da produção de leite. Essa experiência tem ocorrido em outros municípios da região, em que os produtores em sistema de cooperativas têm conseguido escala de produção e, em consequência, maior preço, o que pode contribuir para concorrer neste mercado lácteo da região formado por poucas empresas.

Finalizando este estudo, pode-se dizer que a maioria das atividades pluriativas que ocorrem nas unidades de produção familiares estudadas e no Município, retratadas pelos entrevistados, são realizadas fora da propriedade. Além disso, os resultados do estudo deixam transparecer que a pluriatividade não está conseguindo fortalecer a agricultura familiar, apesar de manter o produtor no meio rural, mas até quando?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados nesta pesquisa permitiram gerar informações que ampliam o conhecimento sobre as atividades pluriativas. Apesar de terem feito parte da pesquisa 50 produtores, sendo destes 40 pluriativos, pode-se dizer que são informações relevantes e que caracterizam a pluriatividade no município de Tupanciretã.

Pode-se dizer que os objetivos deste estudo foram alcançados. Com relação ao primeiro objetivo, que foi identificar e caracterizar as atividades pluriativas realizadas pelos produtores familiares no Município (assentados e não assentados), verifica-se a existência de pluriatividade em todas as categorias de agricultores. Neste conjunto de informações, assim, percebe-se que não há diferença nas características de pluriatividade entre os grupos das duas comunidades estudadas e os demais entrevistados.

As principais atividades pluriativas que são desenvolvidas fora da unidade de produção rural são: comércio, artesanato, professor, costureira, cozinheira, pedreiro, serviço público, prestador de serviços com máquinas agrícolas, empregada doméstica ou diarista, turismo rural, motorista de transporte escolar, motorista de caminhão em período de colheita e fabricação de bolachas.

Quanto aos objetivos de identificar a contribuição das atividades pluriativas na renda do produtor familiar e a influência desta atividade na qualidade de vida e permanência da família no meio rural, pode-se dizer que apesar da renda não agrícola não ser significativa, pois representa apenas 20% da renda total da propriedade, este valor é investido em qualidade de vida e permanência da família no meio rural, já que em 60% dos casos a família passa a melhorar a propriedade, adquirindo bens para o conforto da casa e poupando mais dinheiro.

O terceiro objetivo da pesquisa está baseado em como seus resultados podem contribuir para o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento no meio rural através da pluriatividade na agricultura familiar do Município. Apesar de ser estudada como uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, neste estudo esta estratégia não tem conseguido fomentar este fortalecimento nas propriedades. Com relação à sucessão, apesar de envolver outras variáveis, como culturais e econômicas, a pluriatividade não contribui para desenvolvimento do meio rural, pois acaba se tornando uma alternativa para o jovem ter

independência e lazer, não retornando mais a propriedade. Neste caso, a alternativa plausível pelos entrevistados, que poderá contribuir para o desenvolvimento do meio rural, é o sistema cooperativista, que propicia o fortalecimento através de agroindústrias familiares ou pela comercialização conjunta da produção de leite, pois neste contexto o jovem poderá ser inserido como parte da engrenagem nas cooperativas, dentre os diversos setores administrativos, financeiros e mão de obra.

A partir desta pesquisa, torna-se um desafio para estudos futuros e pesquisas nesta temática investigar como a pluriatividade tem conseguido contribuir para o desenvolvimento de comunidades familiares através de atividades desenvolvidas dentro da unidade de produção rural.

Por fim, considera-se que o desenvolvimento rural está atrelado ao fortalecimento da agricultura familiar e que está se fortalece na medida em que consegue ampliar sua qualidade de vida, acesso à saúde, educação, lazer, gerando renda principalmente através de suas atividades agrícolas e com possibilidade de sucessão no meio rural, não de forma esporádica e paliativa e em momentos de crise, como ocorre com pluriatividade para os participantes da pesquisa e no Município.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101 p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.
- ALENTEJANO. P.R.R. **Pluriatividade: uma nova noção válida para a análise da realidade agrária brasileira**. In: TEDESCO, J.C. (organizador). Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas. Passo fundo: EDIUPF, 1999.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007 Professora da Faculdade de Agronomia e Medicina veterinária da Universidade de Brasília, FAV/UnB. Doutora em Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB.
- BARTHEZ, A. Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier. p. 161-177, 1987.
- BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.
- CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira 1999** Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em junho 2001.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998
- CARNEIRO, M. J. **Política de desenvolvimento e o novo mundo rural** – Campinas: Unicamp. 1999.
- CARNEIRO. M. José. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ. N. 19, out. 2002.
- CARNEIRO. M. José. **O desenvolvimento rural e o Novo Rural**. GRAZIANO. José da silva (org.). O novo Rural Brasileiro; Políticas Publicas. Juguariúna: Embrapa. 2004, v.4, p. 117-148.
- CAZELLA, A. Ademir; PHILIPPE. Bounal; MALUF. Renato S. Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CARNEIRO. M. José. **Pluriatividade no campo**. 16º Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, em 1992, no GT Processos Sociais Agrários.
- CARVALHO, G. C. **A indústria de laticínios no Brasil: passado, presente e futuro**.
- EMBRAPA Gado de Leite. 2010. Juiz de Fora, Minas Gerais. Circular Técnica. Disponível em: http://www.cnpql.embrapa.br/nova/livraria/abrir_pdf.php?id=26. Acesso em: 5 fev. 2012.

CASTRO, César Nunes. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural.** Boletim Regional, Urbano e Ambiental | 12 | jul.-dez. 2015

CHAMPAGNE, P. **La reproduction de l'identité.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV. **The theory of peasant economy.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.

COPPETTI, Lúcia Daiane. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares as políticas de crédito rural: o caso do Pronaf-Crédito no município de Alegria-RS,** 2008.

COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos. **Plano de Recuperação do Assentamento Conquista da Esperança.** 2010

CRUZ, Suenya Santos. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar.** Serv. Soc. Soc. no.110 São Paulo Apr./June 2012

ELLIS. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford, Oxford University Press, 2000.

FERNANDES, S.A. **Gênero e Políticas de crédito para mulheres rurais em Santa Catarina.** 2009. Florianópolis. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Líber, 2005. 2 ed.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito.** Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: . Acesso em 25 jul. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia: 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>> 2010

JOLLIVET, Marcel. **La recherche face á la diversité et á la diversification de l'agriculture** ». In JOLLIVET, Marcel (Org.). Pour une agriculture diversifiée. Paris: L'Harmattan, 1988

JUNIOR, V. J. W.; TRENTIN, C. L.; FILIPPI, E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais**. In: Congresso da sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER, 2006.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais**. IN: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36. Anais, Poços de Caldas (MG), Sober, v.2, 1998.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A. **Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do Pronaf-crédito**. Agric. São Paulo, v.50, n.2, p. 1-13, 2003

KAUTSKY, K. **A questão agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista**. Porto: Portucalense, 1972.

KIMURA, Herbert. **Administração de Riscos em Empresas Agropecuárias e Agroindustriais**. São Paulo, Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n. 7, 2º trimestre 1998, p.51-61.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

LÉNIN, V. I. **A transformação socialista da agricultura**. Lisboa: Estampa, 1975

LIMA, A. P. L.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí, 2005.

LIMA, J. Ferrera de. **Transformação educacional e desenvolvimento regional: apontamentos para debate**. Cadernos Camilliani, Cachoeiro do Itapemirim, v. 7, n. 2, p. 07-14, 2006.

LOCKERETZ, W. **Problems in evaluating the economics of ecological agriculture**. Agriculture, Ecosystems and Environment, 27, 1989, p. 67-75.

MARX, K. **O capital. Crítica da Economia Política**. Livro primeiro – O processo de produção do capital. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1971]. (Coleção perspectivas do homem, 38-A)

MATTEI, L. **Estudo do impacto e da sustentabilidade do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA**, nas regiões sul e nordeste do país. S.l.: s.n., 2006.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD, 2005.

MDA. **Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço.** 2003-2006. Porto Alegre: Nead, 2006.

MDS, Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Agricultura Familiar.** Portal Brasil 2006

MEIRA, José N.; SETTE, Ricardo de S. **Sucesso econômico e perfil estrategista empreendedor de produtores rurais.** Anais do 20º ENANPAD. Angra dos Reis-RJ. 1996.

MOREIRA, Vinicius Silva; Medeiros, R. M. V. . **A reestruturação territorial através de assentamentos rurais: o caso do município de Tupanciretã / RS.** Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM), v. 13, p. 86-93, 2009.

PNUD, 2010. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>

PNUD, 2010. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Índice de Desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. **A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas.** Cadernos de sociologia, v.6. Porto Alegre, 1994.

RICARDIO, L. (2011). **A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro.** En Cuad. Desarro. Rural. 8 (67): 231-249.

RUBELO. Joao Geraldo Nunes. **A contribuição da pluriatividade da agricultura familiar no desenvolvimento local.** Dissertação (Mestrado em geografia) pela Unesp- Presidente Prudente – SP. 2011.

SACCO ANJOS, F.; CALDAS, N. V. **A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva.** Revista Theomai/ Theomai Journaul, 2009. Disponível em: . Acesso em: 06 mar. 2010

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: Froehlich, JM.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural -Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2009

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** XXII Congress of the European Society for Rural Sociology, Wageningen, The Netherlands, 20 – 24, August 2007.

SCHNEIDER, S. *Painel.* In: XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - Sober, Campo Grande-MS, 2010.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995- 2003).**

In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). *Políticas 16 Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.21-49.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade**. REVISTA REFORMA AGRARIA, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994

SCHNEIDER, SÉRGIO. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU. Quito, 2006. *Anais...* Quito, 2006.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar. 2008**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica. 2008**. Artigo em Hypertexto. Disponível em: Acesso em: 10/8/2015

VEIGA, J.E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. In: Cadernos de Ciências e Tecnologia. Brasília: Embrapa. V. 13; n. 3; p. 383-399, 1996.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WANDERLEY M. N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: FERREIRA, A. D. D. F. e BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49. (Pesquisa n. 40).

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: Tedesco, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **A Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção**. In *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. v. 25, n.2 e 3, maio/dezembro, 1995

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Trajatória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas**, São Paulo, 1989.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa aplicado aos produtores rurais pluriativos de Tupanciretã/RS, com o objetivo de analisar suas estratégias de reprodução sociais e econômicas.

Bloco 1: CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Localidade: _____

1.1 Número de membros da família

- até 2 2 à 4 acima 4

1.2 Escolaridade/formação:

- sem escolaridade fundamental incompleto fundamental completo
 médio incompleto médio completo profissionalizante
 superior incompleto superior completo pós-graduação

1.3. Área total da propriedade:

- menos de 10 há 10 a 20ha 21 a 30ha 31 a 50ha de 51 ha a 100 ha
 acima de 100 ha

1.4. Renda mensal:

- <1/2 SM 1/2 a 1 SM 1 a 2 SM 2 a 5 SM >5 SM

1.5 Condição como produtor rural:

- proprietário arrendatário assentado outra
(especificar) _____

1.6 Indique as culturas e a área destinada em hectares a cada uma das lavouras:

- soja _____ canola _____
 milho _____ girassol _____
 aveia _____ hortaliças e legumes _____
 trigo _____ frutas _____
 outra _____

1.7 Pecuária leiteira comercialmente:

- sim
 não

1.8 Produção animal comercialmente, indique os animais:

equinos caprinos ovinos suínos bovinos aves

1.9 A família tem outra fonte de renda fora da propriedade:

sim não

1.10 Caso a resposta anterior seja SIM, indique a fonte:

trabalho fora da propriedade

aposentadorias e pensões

bolsa família e outros programas governamentais

outras. Quais? _____

1.11 Como são tomadas as decisões sobre a produção da propriedade:

Dentro da família a partir de discussões com os membros que trabalham na propriedade

Pelo chefe da família e a esposa

Pelo chefe da família e os filhos que trabalham

Somente pelo chefe da família

1.12 Quantos membros da família trabalham na propriedade:

somente o chefe da família

casal e filhos (ate dois)

chefe da família e a esposa

casal mais filhos (até quatro)

chefe da família e filhos (até dois)

outros (especificar) _____

1.13 Participação de membros externos à família no processo de produção:

Sim Não

1.14 Que tipo:

Trabalhador(es) permanente(s) Trabalhador(es) assalariados vizinho parente

1.15 Qual fase do processo produtivo ele(s) são contratado(s):

Durante a colheita

período de adubação

Na época do plantio ou semeadura

cuidam do beneficiamento

Durante o preparo do solo

na atividade leiteira

outros

1.16 Seus pais eram agricultores:

Sim Não

1.17 Na sua opinião, qual seria o caminho para melhor estimular o jovem a continuar no campo:

Ter acesso a melhor conhecimento técnico

Ter nível maior de escolarização

Receber apoio institucional (financeiro e tecnicamente)

Não sabe

1.18 Com relação à sucessão da propriedade, como o senhor fará?

Será igualitária para homens e mulheres

Somente os homens herdarão, havendo uma compensação para as mulheres

- Somente os homens herdarão, sem compensação para as mulheres
- Somente o filho mais velho herdará
- Somente as filhas herdarão
- não tem sucessor
- ainda não decidiu

1.19 Recebe orientação técnica:

- Sim Não

1.20 De quem:

- Agrônomo Técnico Agrícola Técnicos da Emater
- Técnicos do Incra Outros (especificar): _____

1.21 A opinião do técnico/profissional ajuda nas tomadas de decisão sobre a produção:

- Sim Não

1.22 Ao decidir sobre a produção, o que pesa na decisão:

- Consumo familiar Maior experiência sobre o produto
- Valor comercial Mais facilidade de assistência
- Facilidade de comercialização do produto O que exige poucos cuidados
- Melhor adequação às condições de clima e solo Outros (especificar) _____
- Maior produtividade de acordo com o tamanho da propriedade

1.23 Quais seriam as razões possíveis para vender a propriedade:

- Porque não tem sucessor ou condição de trabalhar
- Para comprar uma propriedade maior em outro lugar
- Para comprar uma casa na cidade
- Para ajudar os filhos
- Para comprar um carro
- Para saldar dívidas
- Para mudar de profissão
- Não venderia

1.24 Nos finais de semana costuma freqüentar na cidade para algum lazer ou festas locais:

- Sim Não Lazer no interior

Bloco 2: PLURIATIVIDADE

É considerado produtor pluriativo aquele que exerce outras atividades além da agrícola e da pecuária como fonte de renda.

2.1 A principal renda agrícola da propriedade é:

- comercialização de cereais frango
- comercialização de frutas suíno
- gado leiteiro outros _____
- gado de corte

2.2 Exerce alguma atividade não agrícola, qual?:

- Comércio pedreiro
- artesão serviço público
- professor prestador de serviços com máquinas agrícolas
- costureira empregada doméstica/diarista
- cozinheira turismo

() Outras_____

2.3 Com relação ao percentual de participação da renda agrícola e pecuária na renda total familiar, pode se dizer que:

- () até 20 % é da renda é agrícola e pecuária
- () 20 a 40% a renda é agrícola e pecuária
- () 40 a 60% a renda é agrícola e pecuária
- () 60 a 80% a renda é agrícola e pecuária
- () mais de 80% a renda é agrícola e pecuária

2.4 Com relação ao percentual de participação da renda não-agricola na renda total familiar, pode se dizer que::

- () até 20 % é da renda não é da agricultura e pecuária
- () 20 a 40% a renda não é da agricultura e pecuária
- () 40 a 60% a renda não é da agricultura e pecuária
- () 60 a 80% a renda não é da agricultura e pecuária
- () mais de 80% a renda não é da agricultura e pecuária

2,4 Motivo para não exercer atividades não agrícolas:

- () não acha necessário
- () não quer
- () não sabe o que poderia fazer além das atividades agrícolas
- () falta de tempo
- () outro motivo. Qual?_____ -

2.5 Na sua opinião com relação as atividades não agrícolas:

- () acha normal seu exercício
- () não acha normal

2.6 Porque exerce atividades não agrícolas:

- () Porque é a principal fonte de renda da família
- () Porque precisa para complementar a renda da família
- () Porque é a única saída para continuar na terra
- () outro motivo. Qual?_____ -

2.7 Podendo escolher:

- () Ficar somente com as atividades agrícolas
- () acha normal exercer outras atividades paralelas

2.8 Com relação ao futuro dos filhos:

- () que continuassem a exercer somente atividades agrícolas
- () que pudessem conciliar as atividades agrícolas com as não agrícolas

2.9 A renda não agrícola é considerada:

- () complementar
- () principal

2.10 A partir das atividades não agrícolas ocorreram alteração no nível de vida familiar:

- () Sim, a família passou a adquirir bens para melhorar o conforto da casa
- () Sim, a família passou a investir mais na propriedade

- Sim, a família começou a poupar dinheiro
- Sim, a família passou a ter mais lazer
- Sim, a família passou a se alimentar melhor
- Não.

2.11 Em que é investida a renda não agrícola:

- aquisição de imóvel
- em melhoramento na casa
- em maquinário e insumos agrícolas
- compra de automóvel
- ajuda filhos e/ou parentes que estão fora
- em benfeitorias na propriedade (cercas, curral, pocilga, galinheiro)
- melhor condições de vida/lazer
- poupança
- despesas pessoais
- sustento da família

2.12 Quanto tempo utiliza para atividades não agrícolas

- até duas horas por dia
- até quatro horas por dia
- até oito horas por dia
- só uma vez por mês
- só uma vez por semana
- quando surge a oportunidade

2.13 Além da produção agrícola, na sua família alguém tem outra atividade como artesanato, balaios, cestos, material de selaria.

- sim quem? _____ o quê? _____
- não Por que? _____

2.14 Quem na sua família trabalha com atividades não agrícolas:

- todos
- só a mãe
- só o pai
- os filhos
- outros . Quais? _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. No município de Tupanciretã pode-se dizer que existem três categorias de produtores rurais. Os grandes produtores, os agricultores familiares e os assentados, sendo que os agricultores familiares muitas vezes estão presentes em todas as categorias. O Sr. Concorda? Como o Sr. Descreveria estas categorias? Existe uma diferença clara entre eles? (oq produzem, como vivem)qual tem se fortalecido mais.... qual categoria tende a aumentar
2. Muitos desses agricultores tem outras atividades fora da agricultura e da pecuária como: trabalha na escola, comercio, prefeitura, prestam serviços etc...) o que é considerado na literatura como pluriatividade. Como o Sr. percebe essas atividades nas diferentes categorias de agricultores no município.
3. Como o Sr. Acredita que a pluriatividade poderá contribuir para o desenvolvimento do meio rural e fortalecimento da agricultura familiar no município (ela pode representar uma possibilidade das famílias permanecerem no meio rural, por outro lado podem refletir na dedicação e especialização das atividades agrícolas)